

Greves e insurreição: da teoria bakuninista à socialdemocracia contemporânea

Selmo Nascimento da Silva

No final de 2012 os trabalhadores de diversos países europeus, a saber, Portugal, Espanha, Grécia, Itália, França e Bélgica, deflagraram uma greve geral de 24 horas, realizando passeatas e protestos onde, via de regra, entraram em confronto com as forças de repressão dos vários governos. O objetivo das paralisações e mobilizações era a resistência às medidas de recrudescimento das políticas neoliberais de reestruturação estatal, chamadas de “política de austeridade”, que segundo os governos europeus e os organismos supranacionais, o FMI, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia – *Troika*, *seriam* fundamentais para conter os efeitos da *crise econômica*.

A greve geral europeia e as manifestações foram convocadas a partir da articulação das inúmeras entidades sindicais de base nacional e de caráter geral, tais como confederações, confederações gerais, uniões gerais, centrais sindicais, e pela *Confédération Européenne des Syndicats* (CES). Na verdade, antes da convocação dessa greve geral europeia, as entidades sindicais nacionais, desde 2009, organizavam greves gerais para enfrentar às “políticas de austeridade” implementadas pelos vários governos do velho continente.

As greves gerais também ocuparam o cenário político da América Latina: no Chile, em 2011, na Argentina, em 2012, no México, em 2012, mostrando que os anos de 2010 apontam para um ciclo global de lutas, onde as greves gerais retomaram um lugar de destaque nas lutas dos trabalhadores. Mas não somente as greves gerais marcaram os últimos anos da luta de classes em escala global, pois as insurreições também modificaram significativamente o cenário de lutas nos últimos anos, conforme observa **Immanuel Wallerstein**:

O levante, agora persistente, na Turquia foi seguido por uma revolta ainda maior no Brasil que, por sua vez, foi acompanhada por manifestações menos noticiadas, mas não menos reais, na Bulgária. Obviamente, estes protestos não foram os primeiros, e muito menos os últimos, em uma série realmente mundial de revoltas, nos últimos anos. (WALLERSTEIN, 2013).

Assim, num curto espaço de tempo, duas estratégias de luta da classe trabalhadora se conjugam num contexto que crise econômica global, em alguns casos assumiram as feições de um único movimento de insurgência, como ocorreu no estado mexicano de Oaxaca, em maio de 2006, quando uma greve de professores se converteu numa insurreição popular. Ou ainda no Chile em agosto de 2011, quando as manifestações estudantis contra a “Reforma do Ensino Universitário” tomaram as proporções de um levante popular generalizado. Ainda é importante destacar que as lutas insurgentes no Egito, no contexto e como desdobramento das revoltas do Norte da África e Oriente Médio, a chamada Primavera Árabe (2010-2011), contaram com a convocação de greves gerais contra o governo de Hosni Mubarak. Da mesma forma que as inúmeras greves gerais gregas, convocadas no final de 2009 e que se estenderam durante todo o ano de 2010, foram acompanhadas de revoltas e manifestações de insurgência em Atenas. Entretanto, a tendência das lutas, aqui apresentadas muito resumidamente, não foi da confluência entre greve geral e movimento insurgente. A questão central, na verdade, é o afastamento, via de regra, das greves gerais com os movimentos de insurgência. Um trecho do texto *La crise: la réponse des syndicats européens*, de Bernadette Ségol, secretária geral da CES, é uma pista para entender o porquê dessa distância:

Nestas circunstâncias terríveis, a resposta oferecida pelos líderes europeus é resserrer les boulons [apertar os parafusos]. Em 30 de janeiro de 2012, uma reunião de cúpula finalizou um novo tratado internacional que estabelece a disciplina fiscal de ferro, correspondente a sanções. A CES se opõe ao tratado, que não satisfaz os crescentes problemas do desemprego e da precariedade do emprego. O tratado aborda estas questões a partir de um ponto de vista contabilístico, nenhuma visão política. Sabemos, é claro, que temos de restaurar o equilíbrio fiscal sustentável. Mas estaríamos nos enganando se pensássemos que os orçamentos seriam equilibrados e que a confiança vai voltar com estas medidas de austeridade. (SÉGOL, 2012, p. 4)

A sindicalista francesa explicita sua posição de conciliação de classe ao aceitar a necessidade de “restaurar o equilíbrio fiscal sustentável”. Certamente, sua posição não pode ser confundida com o conjunto das organizações sindicais europeias que participaram da organização das diversas greves gerais, muito menos de todas as lideranças sindicais e organizações dos trabalhadores da Europa, todavia, expressa a concepção hegemônica: trata-se de modelo de sindicalismo social-democrata do movimento operário na sua variante reformista, tal qual definida por Alain Bihir (1998).

É nesse sentido que hoje, depois de um ciclo histórico de lutas em que as greves gerais não se articulam com os movimentos insurgentes e vice-versa, torna-se oportuno e mesmo imperativo refletir sobre tal problemática. No caso, é fundamental observar como a greve geral social-democrata é um movimento de pressão, ou seja, tende a ajudar capitalismo a resolver sua crise restaurando um equilíbrio econômico anterior; na teoria e prática do anarquismo a greve geral é instrumento revolucionário, e por isso, se articula diretamente com os movimentos insurrecionais.

1 – AÇÃO E REVOLUÇÃO: A DIALÉTICA DAS GREVES

O estudo da história da constituição do movimento dos trabalhadores, de suas concepções e práticas, tendo como marco da fundação da Associação Internacional do Trabalho (AIT) em 1864 é fundamental para o entendimento das origens das noções de greve geral e insurreição como práticas da luta emancipatória da classe trabalhadora. Portanto, o objetivo do presente artigo é desenvolver uma análise sobre os debates sobre as estratégias e concepções de movimentos grevistas que ocorreram no interior da AIT, a partir dos estudos das correntes e tendências políticas que convergiram para a formação dessa associação internacional de trabalhadores, principalmente das divergências entre as correntes bakuninista e marxista.

As greves fazem parte das estratégias de luta e resistência da classe trabalhadora contra a exploração e a opressão impostas pelo sistema capitalista. O antagonismo entre as classes sociais, resultante da exploração burguesa sobre a força de trabalho da classe trabalhadora, gera não só as disparidades sociais e econômicas entre as classes, mas sobretudo o antagonismo político entre burgueses e trabalhadores. Portanto, a luta de classes é a principal expressão do antagonismo entre as classes sociais na sociedade capitalista, pois explicita as contradições sociais, econômicas e políticas entre burgueses e trabalhadores, entre capital e trabalho.

Para Mikhail Bakunin (1988, p. 57, 62) a vida e a dinâmica social são resultantes da dialética entre a *ação* e a *reação* perpétuas, “que se combinando num único movimento constituem o que chamamos de solidariedade, vida e causalidade universais”. A dialética *ação-reação* também permite que Bakunin entenda a vida social não só como o produto de múltiplas combinações, mas também como uma totalidade. “A ação e a reação incessante do todo sobre cada ponto e de cada ponto sobre o todo constituem, como já dissemos, a vida” Portanto, pode-se, a partir dessa perspectiva bakuninista, entender a contradição entre *capital* e *trabalho* e, conseqüentemente, a luta de classes como resultantes da dialética da totalidade dos fatores sociais e históricos, em diferentes combinações numa série ininterrupta de *ações* e *reações*. Assim, o sistema capitalista e suas contradições são o

produto histórico e social da pluralidade de combinações do movimento contínuo das ações e reações e da multicausalidade dos fenômenos sociais.

Todas as contradições e conflitos entre a classe trabalhadora e a burguesia, para Bakunin, são resultantes da dialética *ação-reação* e, ao mesmo tempo, são responsáveis pelo desenvolvimento de outras séries de contradições da dialética *criação-destruição: resistência-dominação, ruptura-assimilação, revolução-contrarrevolução*, que se combinam e se anulam, assumindo os contornos e os conteúdos das diversas formas de luta e organização da classe trabalhadora que entram em choque as com diversas formas de repressão e controle desenvolvidas pela classe burguesa.

As séries de contradições que se desenvolvem a partir da dialética *ação-reação* e da dialética *criação-destruição* podem ser melhor entendidas analisando a dialética bakuninista do trabalho.

O Homem só se emancipa da pressão tirânica, que sobre todos exerce a natureza exterior, pelo trabalho coletivo; isso porque o trabalho individual, impotente e estéril, nunca poderia vencer a natureza. O trabalho positivo, aquele que criou todas as riquezas e toda a nossa civilização, sempre foi um trabalho social, coletivo; apenas, até o presente, ele foi iniquamente explorado por indivíduos em detrimento das massas operárias. (BAKUNIN, 2008, p. 76)

O trabalho é, portanto, *ação* humana *criadora*, eminentemente *emancipatória*, entretanto, a exploração do trabalho é a *reação destrutiva* das classes dominantes, que converte o trabalho coletivo em escravidão, em fonte de privilégio e riqueza de poucos e em fonte de opressão e miséria de muitos.

Como se vê, o anarquista russo recorre à dialética serial antinômica de Proudhon que, segundo Georges Gurvitch (1987, p. 100), é uma dialética que se opõe à dialética hegeliana, uma vez que se trata de uma “*dialética antinômica, negativa, antitética*, que rejeita qualquer síntese”, “um método dialético que procura buscar *a diversidade em todos os seus detalhes*”. A filiação da dialética bakuninista à dialética proudhoniana fica ainda mais explícita quando Gurvitch explica a dialética do trabalho do anarquista francês, para qual o trabalho

[...] pode ser, segundo as circunstâncias, a maior alegria ou o maior sofrimento; o trabalho é a libertação do homem, mas igualmente a ameaça constante de sua escravidão. [...] A dialética inerente ao trabalho torna-se trágica, quando a organização do trabalho é imposta de cima aos trabalhadores, seja pela vontade dos proprietários ociosos (senhores feudais e padres), dos patrões privados ou do Estado e seus funcionários. (GURVITCH, 1987, p. 103)

É sobre esses marcos que Bakunin, e também Proudhon, analisam a luta de classes, os conflitos e contradições entre *capital* e *trabalho*. As greves, portanto, são produtos desse movimento incessante de *ação-reação* que se combina à dialética *criação-destruição*. Portanto, as greves, ao lado dos motins, das

sabotagens, das revoltas, das barricadas, das insurreições, das diversas formas de ação direta e de resistência, são reações, respostas da classe trabalhadora diante da exploração e da opressão do regime capitalista. Constituem rupturas com a ordem vigente, uma vez que questionam e suspendem, mesmo que temporariamente, o contrato de trabalho.

Como não poderia ser diferente, os movimentos grevistas são considerados parte da estratégia revolucionária. Isso fica explícito no texto de Bakunin intitulado *A Dupla greve de Gênève*, publicado em 1869 no Jornal *L'Egalité*.

As notícias relativas ao movimento operário europeu podem resumir-se numa palavra: greves. Na Bélgica, greve dos tipógrafos em várias cidades, greve dos fiandeiros em Gand, greve dos tapeceiros em Bruges; na Inglaterra, greve iminente dos distritos manufatureiros; na Prússia, greve dos mineiros de zinco; em Paris, greve dos pedreiros e pintores; na Suíça, greves em Basileia e em Genebra. À medida que avançamos as greves multiplicam-se. Que quer dizer isto? Que a luta entre o trabalho e o capital se aguça cada vez mais, que a anarquia econômica é cada vez mais profunda, e que caminhamos a passos largos para o fim inevitável a que nos conduz esta anarquia: a revolução social. (BAKUNIN, 1979, p. 10-11)

É importante ressaltar que a dupla greve de Genebra e as demais greves destacadas por Bakunin ocorreram num contexto de expansão da Associação Internacional do Trabalhadores (AIT), enquanto alternativa de organização e de luta da classe trabalhadora. A multiplicação das greves fazia parte da estratégia da própria AIT. Assim, Bakunin (1979, p. 11) recorre mais uma vez à teoria proudhoniana, para afirmar que as greves pressupõem o desenvolvimento da força coletiva dos trabalhadores, isto é, pressupõem a organização e o desenvolvimento de estratégias de resistência e de ruptura com a ordem capitalista.

As greves assumem a dimensão de “guerra social”, ou seja, de conflitos entre classes antagônicas. Portanto, na dialética antinômica bakuninista, as greves cumpriam uma dupla função: intensificariam as contradições entre a classe trabalhadora e a burguesia e, simultaneamente, fortaleceriam os laços de solidariedade entre os trabalhadores. A série dialética iniciada por essa dupla função das greves produziria uma dupla ação: a negação da ordem burguesa e afirmação de uma nova ordem social.

A greve é o início da guerra social do proletariado contra a burguesia, mesmo dentro dos limites da legalidade. As greves são uma rota valiosa num duplo aspecto, em primeiro lugar, elas eletrificam as massas, reforçam sua energia moral, e despertar nelas um sentimento de profundo antagonismo entre seus interesses e os da burguesia, mostrando-lhes cada vez mais o abismo que separa irrevogavelmente as classes sociais; e, em seguida, elas contribuem imensamente para provocar e criar entre todos os trabalhadores de todos os ofícios, de todas as comunidades e de todos os países, a consciência e

o próprio ato de solidariedade: dupla ação, uma negativa e outra positiva, o que tende a formar diretamente o novo mundo do proletariado, contrastando com uma forma quase absoluta ao mundo burguês. (BAKUNIN, 1910, p. 438-439)

A partir da dialética serial antinômica, a teoria bakuninista pressupõe que os movimentos grevistas podem assumir formas e conteúdos revolucionários. Entretanto, o caráter revolucionário das greves depende do desenvolvimento das forças coletivas do proletariado. Por essa razão, Bakunin considerava que a organização da Internacional era central para a luta emancipacionista dos trabalhadores.

A Internacional, colocando, assim, o proletariado fora do estado político e mundo burguês é um novo mundo, o mundo da solidariedade do proletariado de todos os países. Este é o mundo do futuro; é de um lado o herdeiro legítimo, mas também a demolição e o enterro de todas as civilizações históricas, de todos os privilegiados, e como tal completamente exauridas e condenadas à morte; conseqüentemente forçou a criação de uma nova civilização baseada na ruína de todas as autoridades divinas e humanas, de toda escravidão e todas as desigualdades. Esta é a missão, e, portanto, este é o verdadeiro programa da Internacional, não oficial – todos os deuses pagãos e paraíso cristão nós mantemos! – Mas implícita, inerente à sua organização. Seu programa oficial, vou repeti-lo mil vezes, é simples e, aparentemente, muito modesto: é a organização para além da solidariedade internacional para a luta econômica do trabalho contra o capital. A partir desta base exclusivamente o material surge, depois o novo modelo social, intelectual e moral. (BAKUNIN, 1910, p. 437)

Na tese bakuninista, as formas de organização e luta dos trabalhadores são partes constitutivas das forças coletivas dos trabalhadores, uma força destrutiva ao se colocar em oposição inconciliável com a ordem burguesa. Porém, dialeticamente, as forças coletivas também são construtivas, pois estabelecem um programa revolucionário de construção de uma nova sociedade, ou seja, da sociedade socialista. Entretanto, se as organizações e as formas de luta não assumirem um caráter efetivamente classista, uma ação política própria da classe trabalhadora, podem, contraditoriamente, ser convertidas em obstáculos para a luta dos trabalhadores, como resultante da ação das forças conservadoras que aponta para a assimilação sistêmica das organizações e das lutas proletárias.

Assim, o desenvolvimento da ação política da classe trabalhadora pressupõe a luta política ideológica no interior do próprio movimento e das organizações proletárias, combatendo as ideologias e práticas políticas burguesas, ou seja, as ideologias conservadoras e de caráter conciliatório. “Que teve de fazer a Internacional? Teve primeiramente de afastar as massas operárias da política burguesa, teve de eliminar do seu programa todos os programas políticos burgueses” (BAKUNIN, 1979, p. 56).

Assumindo então como pressupostos que; a dialética entre ação/reação, ou seja, que a classe trabalhadora não é apenas um polo passivo, determinado pelo desenvolvimento das forças produtivas, mas é também ativo, e por meio de sua ação associativa e resistência, são elementos de transformação e determinação social; essa agencia dos trabalhadores deve ser colocada num quadro geral de contradições e relações dialéticas, especialmente entre revolução e reação, centralização e descentralização, que condicionam a evolução e significado da sua ação, que iremos debater os significados da teoria das greves.

Esse pressuposto é fundamental tendo em vista que, na tradição marxista e social-democrata, a greve é vista como uma forma limitada e parcial de ação, que não poderia jamais estar relacionada à prática revolucionária. Essa ideia, sistematizada por Engels, expressa a ideia da incapacidade relativa da classe de emancipar-se por si, Engels formulou a tese de que o nível de organização para uma greve insurrecional seria impossível de ser atingido e se fosse possível a insurreição seria desnecessária. Este é o fundamento teórico-político da greve geral como forma oposta à insurreição, que orienta a prática contemporânea e explica em grande medida a fragilidade do poder associativo dos trabalhadores. Assim cria-se uma cisão entre a greve geral e capacidade de emancipação por si da classe trabalhadora. É contra essa teoria que a teoria da greve coletivista e o materialismo sociológico de Bakunin será empregado, mostrando como ele pode ajudar a entender melhor a contradição das lutas e insurgências contemporâneas.

2. O DEBATE SOBRE AS GREVES NO INTERIOR DA PRIMEIRA INTERNACIONAL: A CONTRIBUIÇÃO ANARQUISTA

A relevância das greves na estratégia da AIT poder ser encontrada nas resoluções do seu congresso realizado em Bruxelas no ano de 1868:

O Congresso declara que a greve não é um meio de libertar completamente o trabalhador, mas que é com frequência uma necessidade na situação atual de luta entre o trabalho e o capital;

Que é conveniente submeter a greve a certas regras, as condições de organização, oportunidade e legitimidade;

Que, do ponto de vista da organização da greve, é oportuno, nas profissões que ainda não têm sociedades de resistência [...], criar essas instituições, em seguida solidarizar entre elas as sociedades de resistência de todas as profissões e de todos os países [...]; que, em resumo, é preciso prosseguir nesse sentido a obra empreendida pela Internacional e esforçar-se para fazer o proletariado entrar em massa nessa Associação;

Que, do ponto de vista da oportunidade e da legitimidade, é conveniente nomear na federação grupos de resistência de cada localidade uma comissão formada por delegados

desses diversos grupos, que constituiria um conselho de arbitragem, para julgar sobre a oportunidade e a legitimidade das eventuais greves; de resto, que é necessário deixar, para o modo de formação desse conselho de arbitragem, uma certa liberdade às deferentes Seções, segundo os costumes, os hábitos e as legislações particulares. (GUILLAUME, 2009, p. 160-161)

Como se vê, o congresso da AIT de 1868 concluiu que as greves estão incluídas entre as formas de luta da classe trabalhadora, resultante do conflito entre *capital e trabalho*, são parte, portanto, da luta pela emancipação dos trabalhadores. Entretanto, a organização dos trabalhadores para a deflagração de movimentos grevistas aparece como fundamental e, essa organização, passaria necessariamente pelas *sociedades de resistência*, enquanto instrumento para garantir a solidariedade política e econômica, não só entre os trabalhadores de uma determinada categoria em greve, mas também e principalmente entre os trabalhadores de todos os países, reforçando a perspectiva *internacionalista*. No congresso seguinte, realizado em Basileia em 1869, há orientação para a criação das *caixas de resistência* por todos os trabalhadores em todos os países, deixando mais explícita a solidariedade econômica. Além disso o Conselho Geral passaria a servir, se necessário, de intermediário para a união das *sociedades de resistência* de todos os países (COMPÈRE-MOREL, 1912, 509-510).

Outro destaque é a proposta de organização do movimento grevista a partir de uma federação dos grupos de resistência e a constituição de um Conselho, cujas funções seriam a orientação da direção do movimento, respeitando a pluralidade das diferentes seções. Sobre essa estrutura de organização e a preocupação com a legitimidade das greves, o historiador Victor Garcia (2003, p. 51) narra que os delegados presentes ao Congresso de Bruxelas estavam preocupados em garantir o caráter classista para impedir influências externas à classe trabalhadora, uma vez que as câmaras sindicais, especialmente na França, eram compostas pelos trabalhadores e pelos representantes dos empresários.

O relato de Oscar Testut (1870, p. 69), em sua obra *Association Internationale des Travailleurs*, publicada em 1870, reforça o papel da AIT na expansão das greves naquele período. Depois de enumerar diversos movimentos grevistas do ano de 1869, inclusive aqueles movimentos citados por Bakunin no seu referido artigo de 1869. Considerando o relato de Testut, a AIT logrou, no mínimo, relativo sucesso na aplicação da sua política para a estratégia das greves dos trabalhadores, constituindo uma rede de solidariedade e cooperação econômica para financiar os movimentos grevistas, bem como a constituição de uma articulação política que significou a presença de lideranças sindicais para auxiliar na deflagração e manutenção das greves. Outra política fundamental do internacionalismo da classe tra-

balhadora foi o esforço para impedir a contratação de trabalhadores para substituir os grevistas. O modelo de organização das federações de trabalhadores também teve êxito, como afirma Jacques Droz (1977, p. 716).

É fundamental, para a tese aqui defendida, destacar que a política da AIT sobre as greves aprovada no congresso de 1869 é o resultado da sistematização e do esforço de internacionalizar práticas e estratégias de luta e organização dos trabalhadores desenvolvidas ao longo do século XIX na Europa. Diversas experiências concretas contribuíram para a construção da linha política da AIT sobre as greves. A já citada dupla greve de Genebra é um bom exemplo de como as experiências concretas de luta se converteram em linha política. O relato feito por James Guillaume, professor e militante anarquista da seção suíça da AIT e companheiro de Bakunin, mostra a importância dessa greve:

Na primavera de 1868 foi deflagrada em Genebra (março) a famosa greve dos operários da construção civil, que teve tão grande repercussão. Essa greve foi a ocasião de um belo élan de solidariedade: as Seções genebresas da “fábrica” apoiaram as corporações da construção civil, e serviram-se generosamente de seu fundo de greve para ajudar os grevistas; nas outras localidades da Suíça francesa abriram-se subscrições, e somas mais ou menos importantes foram reunidas. Um delegado genebrês, Graglia, operário gravador, foi enviado a Paris e a Londres; os operários de Paris, respondendo ao apelo caloroso da Comissão parisiense (apelo assinado por Varlin, publicado em 5 de abril), participaram amplamente das despesas da greve; entretanto, Graglia fala com amargura, em suas cartas, da atitude egoísta das Trade Unions inglesas, “verdadeiras fortalezas”, das quais ele não pôde obter nenhuma ajuda. (GUILLAUME, 2009, p. 147-148)

Como se vê no relato de Guillaume, a AIT, a partir das políticas aprovadas em seu terceiro congresso, converteu em política internacional dos trabalhadores experiências de luta e de organização que tiveram êxito e marcaram aquele contexto do conflito entre as classes.

Uma análise superficial poderia levar a conclusão de que todas as correntes e tendências do movimento dos trabalhadores que confluíram para a formação e constituição da AIT tinham o mesmo entendimento sobre a noção de greve, seu significado e seu lugar na luta de classes. Mas um estudo um pouco mais aprofundado mostra que as diferentes correntes e tendências não só tinham entendimentos distintos sobre as greves, mas também divergiam significativamente sobre o papel das greves na luta dos trabalhadores contra a exploração burguesa.

A própria resolução denuncia essas divergências, uma vez que a definição das greves é feita na forma de ressalva, isto é, afirmando que as greves não são o instrumento para a emancipação completa dos trabalhadores, mas sim uma necessidade da luta de classes. De fato, essa formu-

lação parece ser um esforço para conciliar o movimento grevista com o objetivo final da AIT, isto é, com a luta pela emancipação econômica dos trabalhadores.¹

Entre as tendências fundadoras da AIT estavam os mutualistas proudhonianos da França, cuja liderança mais expoente era Henri Tolain, cinzelador do setor de bronze de Paris. Diversos pesquisadores e historiadores² defendem que os mutualistas constituíram a tendência que hegemonizou a política da AIT na sua fundação e nos seus primeiros congressos. E a concepção dos mutualistas sobre as greves é interpretada por determinados pesquisadores como uma posição de contrariedade aos movimentos grevistas. Jacques Droz está entre aqueles que defendem a tese de que os mutualistas seriam contrários às greves. Ele escreve no seu clássico *História Geral do Socialismo*:

No Congresso de Genebra (3-8 de Setembro de 1866), o primeiro congresso real, o tom dos debates foi dado pela delegação francesa, toda ela proudhoniana, ou quase toda. Dirigida por Tolain, defende a ideia da emancipação operária pela generalização do “mutualismo”: é preciso estabelecer “a troca baseando-se na reciprocidade, pela organização de um sistema de crédito mútuo e gratuito, primeiro nacional e depois internacional; não é destruir a sociedade existente, mas sim ordená-la”. Não à revolução, não à greve. (DROZ, 1977, p. 837)

Droz (1977, p. 837) desenvolve seus argumentos apontando para certa evolução na política da AIT nos congressos seguintes, Congresso de Lausanne, em 1867, e, no já citado, Congresso de Bruxelas, onde a prática sistemática das greves pelos trabalhadores teria superado as concepções das tendências que seriam contrárias aos movimentos grevistas.

G. M. Stekloff (2012, p. 40, 53) é outro historiador que defende a tese de que os mutualistas proudhonianos seriam contrários aos movimentos grevistas. Em sua argumentação, Stekloff afirma que o programa dos proudhonianos apontava para as organizações de apoio mútuo e cooperativas, através da organização de crédito gratuita e de troca equitativa entre os produtores,

1 Assembleia Geral realizada em setembro de 1864, em Londres, aprovou o regulamento provisório para a fundação da AIT que define o objetivo político da Associação Internacional: “Que l’émancipation économique des travailleurs et conséquemment le grand but auquel tout mouvement politique doit être subordonné comme moyen” (TESTUT, 1870, p. 4). E mesmo essa formulação dos objetivos da AIT gerou interpretações divergentes e disputas entre anarquistas e comunistas, como indica o historiador G. D. H. Cole (1974, p. 102-103).

2 Entre os pesquisadores estudados estão: Édouard Dolléans (2003), Georg Douglas H. Cole (1974), Jacques Droz (1977), Jean Maiton (1975), Victor Garcia (2003) e G. M. Stekloff (2012).

como o caminho para a emancipação dos trabalhadores a lutar por libertação, portanto, não seria uma luta efetivamente pela política, mas sim por métodos econômicos corporativistas. E conclui que os proudhonianos seriam radicalmente contrários às greves, mantendo-se presos às formas de luta e organização pré-modernas e o fundamento das concepções proudhonianas seria de origem pequeno-burguesa, “Os proudhonistas eram horrorizados pelo desenvolvimento do movimento grevista”, afirma.

Mas se é possível afirmar que é um equívoco a suposição de que todas as correntes e tendências da AIT tinham o mesmo entendimento sobre as greves, também são equivocadas as conclusões de Dorz e Stekloff de que simplesmente a corrente proudhoniana seria contrária aos movimentos grevistas.

Primeiramente, deve-se considerar que existiam ao menos duas tendências proudhonianas francesas, a tendência mutualista, formada por Tolain e seus correligionários, e a tendência coletivista, formada por Louis-Eugène Varlin – encadernador que se tornaria uma das principais lideranças da insurreição de 1871, a comuna de Paris –, e seus aliados, também denominada de coletivista antiautoritária (MATRION, 1975). Georg Douglas H. Cole explica as diferenças entre as correntes de Tolain e Varlin da seguinte maneira:

Todavia, estavam divididos entre si em dois grupos, os moderados, dirigidos por Tolain, que desejava organizar um movimento político operário na base dos sindicatos e lutar pelas eleições com independência completa da classe média, e a ala esquerda dos sindicatos, dirigida por Eugène Varlin, que não tinha fé na ação parlamentar e esperava converter os sindicatos, através de federações locais e regionais, em uma força revolucionária independente, forte o suficiente para arrebatar a direção da revolução dos radicais da classe média. (COLE, 1974, p. 107)

A posição “moderada” de Tolain e dos mutualistas se expressou no episódio das “candidaturas operárias”, cuja posição de participação operária nas eleições burguesas foi defendida no *Manifesto dos Sessenta*, do qual ele é um dos signatários, publicado em 1864 por ocasião das eleições parisienses do mesmo ano. Édouard Dolléans (2003, p. 220-222) destaca o debate entre Proudhon e os sessenta operários signatários do manifesto, onde o anarquista francês critica a política de participação operária nas eleições, considerando um grande erro a via eleitoral como estratégia do movimento operário. Dolléans também afirma que o *Manifesto dos Sessenta* é um desdobramento das posições políticas de Tolain presentes no seu texto *Quelques vérités sur les élections de Paris*, publicado um ano antes.

De fato, o *Manifesto dos Sessenta* tinha um teor efetivamente reformista, entretanto, o aprofundamento sobre as concepções de Tolain e dos demais mutualistas, permite o entendimento de que eles não seriam necessariamente

contrários aos movimentos grevistas. Para uma melhor compreensão da concepção da corrente mutualista sobre as greves deve-se considerar o seu programa e sua ação prática diante da deflagração das várias greves dos trabalhadores e seu posicionamento durante os debates sobre as greves no interior da AIT.

Georg Douglas H. Cole procurou sintetizar o programa dos mutualistas da seguinte maneira:

Tolain e seu grupo eram mutualistas. Na sociedade a que eles aspiravam todo homem seria proprietário e receberia todo o fruto de seu próprio trabalho, seja o que realizasse individualmente ou como membro de uma cooperativa de produção. Os proudhonistas confiavam, como o meio para chegar a este fim, em um sistema de “crédito gratuito”, quer dizer, adiantamentos de capital livres de interesse, que se concederiam aos produtores, individualmente ou em grupo, através de um banco de crédito popular que seria uma instituição pública autônoma, incluída na constituição mas que em nenhum sentido estaria sob o controle do Estado. (COLE, 1974, p. 95-96)

Seguramente, o aspecto central do programa mutualista estava na constituição de um sistema de apoio mútuo que permitisse a distribuição equânime dos bens produzidos em sociedade. Isso distingue, entre outros aspectos, o programa mutualista do programa coletivista- anarquista e que pressupunha também a coletivização dos meios de produção. E durante as intervenções dos mutualistas nos movimentos dos trabalhadores, inclusive nas greves, eles tentavam implementar seu programa, como ocorreu no caso da greve dos trabalhadores do setor de bronze, categorial a qual pertencia Tolain, quando em 1865, depois de uma greve, eles criaram uma sociedade de crédito mútuo e tentaram gerar pequenos produtores independentes (DOLLÉANS, 2003, p. 238).

Além do caso da greve dos trabalhadores do setor de bronze seguida pelos esforços de implementação de uma sociedade de apoio mútuo, Dolléans também relata a intervenção dos mutualistas franceses em outros movimentos grevistas, como das duas greves sucessivas dos mineiros de carvão Fuveau (Bouches-du-Rhône) e da greve dos trabalhadores da fábrica de tecidos Roubaix. Em ambos os casos, os mutualistas Tolain e Fribourg assinaram juntamente com Varlin, representantes da Seção da AIT em Paris, notas de apoio às greves dos trabalhadores (DOLLÉANS, 2003, p. 236-238).

Oscar Testut reuniu na obra *Le livre blue de l'Internationale*, publicada em 1871, diversos documentos e relatórios das várias seções da AIT referentes aos congressos da Associação, onde se encontra o seguinte posicionamento de Tolain sobre as greves, em que afirma que a greve é uma coalizão operária assim como os burgueses tinha sua coalizão e que era uma guerra santa (TOLAIN *apud* TESTUT, 1871, p. 221). Analisando esse trecho do posicionamento de Tolain pode-se considerar que o sindicalista francês não condena

a greve em si, porém encontrava-se preocupado com os limites dos movimentos de greve e com as possíveis contradições de uma luta por aumento salarial, uma vez que os mutualistas tinham por objetivo final a construção de *uma sociedade sem salários*, construída a partir das *relações de mutualidade*. Porém, o centro de suas preocupações são as questões morais, de justiça e legitimidade. Além disso, a perspectiva mutualista não foi capaz de elaborar a articulação entre as lutas resultantes das demandas e reivindicações dos trabalhadores com seus objetivos finalistas a partir das relações de mutualidade, sendo assim, a via eleitoral é defendida como uma alternativa estratégica.

Outras correntes e tendências da AIT estavam preocupadas com os limites das greves e da sua articulação com a luta pela emancipação da classe trabalhadora. O próprio posicionamento de Tolain reproduzido anteriormente trata de um comentário sobre o documento da Seção de Bruxelas, redigido por César De Peape,³ tipógrafo e proudhoniano de orientação coletivista, no qual a liderança belga desenvolveu uma longa análise sobre o lugar das greves na luta emancipatória dos trabalhadores e concluiu que “a greve, nós confessamos, só é útil como uma medida temporária; perpetuar a greve seria a perpetuação do trabalho assalariado, e queremos que a abolição do trabalho assalariado” (DE PEAPE apud TESTUT, 1871, p. 216-217).

Varlin também considerava que as greves poderiam se converter num “ciclo vicioso”, um paliativo para melhorar temporariamente os salários e as condições de trabalho. O lugar das greves na luta dos trabalhadores segundo Varlin pode ser entendido a partir da análise do seu artigo *Greve e resistência*, publicado no jornal *Le Travail*, nº 22, 31 de outubro de 1869.

Hoje, perante a obstinação com que os detentores dos capitais defendem os seus privilégios, a greve não passa de um círculo vicioso, no qual os nossos esforços parecem não levar a parte nenhuma. O trabalhador pede um aumento de salário para responder à carestia causada pela especulação; os especuladores respondem ao aumento do preço da mão-de-obra mediante uma nova subida do valor dos produtos. E assim por diante, os salários e os [preços dos] produtos aumentando sem parar. (VARLIN apud BERNARDO, 2000, p. 95)

Eugène Varlin interveio e organizou importantes movimentos grevistas, com destaque para as greves dos encadernadores de 1864 e 1865. De acordo como João Alberto da Costa Pinto (2011, p. 97), a greve de 1865 marcou um avanço em termos organizativos, uma vez que Varlin organizou um comitê

3 O tipógrafo César De Paepe exerceu enorme influência sobre a organização dos trabalhadores na Bélgica e foi colaborador dos jornais *La Tribune du Peuple* e do parisiense *La Rive Gauche*. De Paepe era partidário das ideias proudhonianas e durante o Congresso de Bruxelas passou a atuar explicitamente no campo coletivista da Internacional (DROZ, 1977, p. 738).

de greve, responsável pela direção do movimento que significou uma ruptura com o “antigo modelo corporativista das associações que reuniam patrões e empregados”.

Em retaliação à intensa militância política e às mobilizações dos trabalhadores, o governo do Imperador Napoleão III moveu processos criminais contra os dirigentes da AIT, incluindo Tolain, e o fechamento da seção de Paris. Na sequência dos acontecimentos, Tolain e os demais dirigentes optam pela renúncia com o objetivo de que os trabalhadores elegeassem uma nova comissão para dirigir a Seção da AIT. Assim, Varlin e mais oito são escolhidos para formar a nova comissão e mantêm a seção de Paris, que será novamente fechada pelo governo, restando aos trabalhadores a filiação à AIT a partir da Seção de Londres (GUILLAUME, 2009, p. 150-151). A partir de então, Varlin e os coletivistas parisienses se tornam a força política hegemônica da AIT na França (DOLLÉANS, 2003, p. 242).

Seguindo a estratégia insurrecionalista, oposta à via eleitoral, Varlin considerava que as greves funcionavam como instrumento de aglutinação e de desenvolvimento da solidariedade entre os trabalhadores, ou seja, pré-requisitos para a insurreição e a revolução social.

Em todas as greves o que nos preocupa não é tanto o insignificante aumento salarial, a pequena melhoria das condições de trabalho. Tudo isso é apenas secundário; são paliativos que servem enquanto se espera por alguma coisa melhor. Mas o supremo objetivo dos nossos esforços é o agrupamento dos trabalhadores e a sua solidariedade. Até agora fomos maltratados e explorados impiedosamente porque estávamos divididos e sem força. Hoje já se começa a contar conosco, já podemos defender-nos. É a época da resistência. Em breve, quando todos estivermos unidos, quando nós pudermos apoiar uns aos outros, então, como somos os mais numerosos e como, afinal, toda a produção resulta do nosso esforço, poderemos exigir, tanto na prática como legalmente, a totalidade do produto do nosso trabalho, como é justo. (VARLIN apud BERNARDO, 2000, p. 95-96)

De fato, as tendências coletivistas de atuação no interior da Primeira Internacional encontravam-se diante de um grande desafio: atender as demandas e reivindicações dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho, pela redução da jornada de trabalho, contra a exploração do trabalho infantil e feminino, contra a insalubridade e a insegurança nos locais de trabalho, e ao mesmo tempo construir os meios para a emancipação da classe trabalhadora. Na tentativa de responder a esse desafio, o relojoeiro Adhémarr Schwitzguébel, militante anarquista da seção suíça da AIT e companheiro de Bakunin e Guillaume, elabora o documento *A Tática da Greve*.

Considerando que as greves são verdadeiras guerras, Schwitzguébel argumenta que do mesmo modo que se desenvolveram táticas de guerra, é

necessário que os trabalhadores desenvolvam táticas para as greves. A tática da greve deve, segundo o anarquista suíço, entender o lugar dos movimentos paredistas no conflito entre capital e trabalho, suas contradições e seus limites e, principalmente, sua articulação com a luta pela emancipação dos trabalhadores (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 83-84). Recorrendo à dialética serial antinômica de Proudhon e Bakunin, Schwitzguébel identifica quatro fatores que podem determinar o fracasso das greves e, dialeticamente, quatro fatores que podem determinar o sucesso das mesmas. Os quatro fatores responsáveis pelo fracasso seriam dialeticamente negados pelos quatro fatores que podem ser responsáveis pela vitória dos movimentos paredistas.

O primeiro fator que determinaria o fracasso das greves é a falta de organização dos trabalhadores. Para o anarquista suíço a capacidade de organização determina o poder de ação da classe trabalhadora. Apesar de reconhecer que, no momento da publicação do seu texto – 1874, os trabalhadores avançaram em termos organizativos, com associações, federações e, especialmente, com a AIT, milhões de trabalhadores ainda estavam desorganizados, destacando os trabalhadores camponeses (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 85).

O segundo fator de fracasso identificado por Schwitzguébel foi a falta de recursos financeiros para a subsistência dos trabalhadores durante o movimento grevista. Os recursos materiais eram entendidos como complementares à organização dos trabalhadores, pois a organização seria insuficiente sem os recursos necessários para sustentar o movimento. (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 85-86).

O terceiro foi a falta de solidariedade moral entre os trabalhadores e a falta de convicções fortes. Ele afirmava que a solidariedade moral era o esforço comum realizado por todos os trabalhadores em nome da causa coletiva. Schwitzguébel atribui à ausência de solidariedade as orientações políticas voltadas exclusivamente para os interesses materiais, negligenciando as dimensões intelectuais e morais do trabalho e ignorando as questões sociais (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 86-87).

O quarto fator foi a deflagração prematura dos movimentos grevistas, ou seja, sem a devida preparação, considerando os três primeiros fatores identificados e sem a devida análise da conjuntura econômica. A deflagração de uma greve numa conjuntura desfavorável para os trabalhadores pode facilitar a resistência dos capitalistas (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 87).

Os quatro fatores que o anarquista suíço identificou como determinantes para o sucesso correspondem às ações da classe trabalhadora num esforço de superação dos quatro fatores responsáveis pelo fracasso dos movimentos paredistas. Sendo assim, para Schwitzguébel o primeiro pré-

-requisito para o sucesso de uma greve é a completa organização geral dos trabalhadores, isto é, não se trata simplesmente de uma organização limitada ao local de trabalho, mas sim a organização que agrupe os trabalhadores independentemente da categoria e em escala nacional e internacional. Outro aspecto fundamental da organização é a solidariedade econômica. (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 87, 88).

A segunda condição identificada para a realização de uma greve com possibilidades de vitória foi a necessidade de enfraquecer o “inimigo”, ou seja, os capitalistas. A terceira condição foi o desenvolvimento das convicções socialistas entre os trabalhadores e o conhecimento das questões sociais. Na concepção defendida por Schwitzguébel as greves devem contribuir para a ampliação das relações de solidariedade de classe e, conseqüentemente, para a consciência da necessidade de ações para os interesses classistas (SCHWITZGUÉBEL, 1908, p. 89).

Para completar sua teoria sobre a tática da greve e seu lugar na luta pela emancipação da classe trabalhadora, o militante anarquista da seção suíça da AIT coloca a estratégia da greve geral. Schwitzguébel (1908, p. 90-91) apresenta a greve geral como a principal estratégia da corrente anarquista, incorporada também por outras correntes coletivistas, para a articulação entre as lutas reivindicativas dos trabalhadores com a ruptura revolucionária.

Portanto, na teoria anarquista a greve geral é um movimento insurrecional, isto é, de ruptura com a ordem burguesa. Assim, para o anarquismo o desenlace revolucionário é o resultado do desenvolvimento da organização dos trabalhadores levado às últimas conseqüências e da radicalização das formas de luta, do desenvolvimento da força coletiva dos trabalhadores a partir de experiências concretas de luta e de solidariedade classista. A solidariedade de classe deve romper as barreiras das categorias e as fronteiras nacionais.

Assim, ao contrário do marxismo que se desenvolve negando a capacidade de libertação por si das classes subalternas, essa teoria enfatiza a agência e o papel da elaboração de um saber político e teórico das lutas e a partir das lutas. A classe cria os mecanismos de organização (as sociedades de resistência, as sociedades de apoio mútuo, os sindicatos, as caixas de resistência, a AIT) e essas instituições microeconômicas e macropolíticas seriam, assim como a própria greve, parte dos fatores necessários à revolução social. Uma pluralidade de condições e determinações macro-micro são identificadas e a greve geral surge como um fator, ao lado do movimento insurrecional e do movimento associativo, que condensa e coordena esses processos num fato de poder.

3. AS GREVES NA TEORIA MARXISTA

Na tradição marxista é comum fazer referência aos estudos de Friedrich Engels sobre as condições de vida dos trabalhadores da Inglaterra publicado em 1845, sob o título de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Nessa obra, Engels se debruça sobre as condições materiais de existência dos trabalhadores ingleses nas primeiras décadas do século XIX, analisando e descrevendo as condições de miséria e exploração a que estavam submetidos pelo desenvolvimento da indústria capitalista. Ao voltar sua análise para os movimentos operários, o comunista alemão destaca que a “revolta dos operários contra a burguesia seguiu de perto o desenvolvimento da indústria e atravessou diversas fases”. Sendo que as formas de revolta teriam evoluído do crime, passando pela destruição das máquinas, chegando à conquista do direito à livre associação operária em 1824 (ENGELS: 2008, p. 248-250), até alcançar uma forma superior de protesto do movimento operário, que para Engels seria o movimento cartista (ALVES, 2003, p. 25).

Em sua argumentação, Engels (2008, p. 251) destaca que os trabalhadores se organizavam em associações secretas que deflagraram greves antes da aprovação do direito de associação, mas seus resultados eram limitados. Os limites do movimento e das greves continuariam mesmo depois da liberdade de associação. “A história dessas associações é a história de uma longa série de derrotas dos trabalhadores, interrompida por algumas vitórias esporádicas”. Os limites seriam impostos pelas leis que regem a economia de mercado.

É natural que todos esses esforços não possam mudar a lei econômica segundo a qual o salário, no mercado de trabalho, é regulado pela relação entre a demanda e a oferta. As associações são impotentes diante de todas as grandes causas que operam sobre essa relação: durante uma crise comercial, a própria associação deve reduzir o salário que exige ou desagregar-se; e, no caso de um crescimento importante da demanda de trabalho, não pode fixar um salário mais alto que aquele determinado pela concorrência entre os capitalistas. No entanto, no que tange as causas de menor magnitude, sua ação é eficaz. (ENGELS, 2008, p. 251)

Engels (2008, p. 252, 253) defendia que, segundo as imposições da lei da oferta e da procura, os salários dos trabalhadores são determinados pela concorrência entre os trabalhadores, reduzidos a “coisas” pela exploração capitalista. Assim, o comunista alemão concluía que “a maior parte das greves termina mal para os operários”. Dessa conclusão resultou o questionamento do fato dos trabalhadores recorrerem constantemente aos movimentos grevistas. Engels procurou responder essa questão argumentando que as greves são protestos da própria condição dos operários e, principalmente, a experiência das lutas permitiria aos operários atingir o entendimento de que as associações de trabalhadores e as greves não são suficientes, mas são o primeiro passo para uma ação eficaz de maior magnitude.

É, pois, de se perguntar: por que os operários entram em greve, dada a evidente ineficácia de sua ação? Simplesmente porque devem protestar contra a redução do salário e mesmo contra a necessidade de uma tal redução; devem expressar claramente que, como homens, não podem adaptar-se às circunstâncias, mas, ao contrário, as circunstâncias devem adaptar-se a eles, os homens — porque sua omissão equivaleria à aceitação dessas condições de vida, ao reconhecimento do direito de a burguesia explorá-los durante os períodos de prosperidade e deixá-los morrer de fome nos períodos desfavoráveis. Os operários protestam porque ainda não perderam os sentimentos humanos — e protestam desse modo porque são ingleses, pessoas práticas, que expressam na ação o seu protesto; não são teóricos alemães, que, devidamente protocolado e posto ad acta seu protesto, vão para casa dormir o sono tranquilo dos contestatários. Ao contrário, o protesto concreto dos ingleses tem sua eficácia: mantém em certos limites à avidez da burguesia e estimula a oposição dos operários contra a onipotência social e política da classe proprietária, ao mesmo tempo em que leva os trabalhadores a compreenderem que, para destruir o poder da burguesia, é preciso algo mais que associações operárias e greves (ENGELS, 2008, p. 252-253)

Portanto, pode-se afirmar que na teoria desenvolvida por Engels as greves e as associações são definidas como as primeiras formas de protesto que objetivam combater a concorrência e seus efeitos sobre as condições de vida e dos salários dos operários, mesmo sendo ineficazes.

Entretanto, essas associações e as greves que elas organizam adquirem uma importância específica na escala em que representam a primeira tentativa operária para suprimir a concorrência — o que pressupõe a consciência de que o poder da burguesia se apoia unicamente na concorrência entre os operários, isto é, na divisão do proletariado, na recíproca contraposição dos interesses dos operários tomados como indivíduos. As associações, ainda que de modo unilateral e limitado, confrontam-se diretamente com a concorrência, o nervo vital da ordem social vigente, e por isso constituem uma grave ameaça a essa ordem. Esse é o ponto mais nevrálgico que o operário poderia encontrar para dirigir seus ataques à burguesia e à inteira estrutura da sociedade. Uma vez suprimida a concorrência entre os operários, uma vez que todos se decidam a não mais deixarem-se explorar pela burguesia, o reino da propriedade chegará ao fim. (ENGELS, 2008, p. 253)

Dessa forma, as greves teriam um papel eminentemente pedagógico na luta de classes. Sua ineficácia diante do sistema e do poder burguês seria compensada pela sua eficácia em ensinar e preparar os operários para a “grande batalha”.

Essas greves são em geral pequenas escaramuças de vanguarda e, às vezes, combates mais importantes; não solucionam nada definitivamente, mas são a prova mais segura de que se aproxima o confronto decisivo entre o proletariado e a burguesia. Elas são a escola de guerra na qual os operários se preparam para a grande batalha, agora inevitável; são os pronunciamentos das distintas categorias de operários, consagrando

sua adesão ao grande movimento proletário. [...] E as greves, como escola de guerra, têm uma eficácia insuperável – nelas se desenvolve a coragem própria dos ingleses. (ENGELS, 2008, p. 258-259)

Diante de movimentos grevistas de pouca eficácia na luta contra a burguesia, Engels destacou em sua obra a greve geral de 1842, resultante dos desdobramentos da crise comercial e da crise social provocada por ela a partir de 1834, que reivindicava a *Carta do Povo* e o aumento dos salários. Na argumentação do comunista alemão a greve geral de 1842 não teve grandes resultados, devido às contradições que seriam do próprio movimento, uma vez que os operários teriam sido compelidos à greve pela burguesia, que parte dos operários não teria plena consciência dos objetivos do movimento e eles não estariam suficientemente unidos em torno dos seus objetivos. Entretanto, a sublevação operária pelo aumento salarial teria sido fundamental para separar definitivamente os trabalhadores da burguesia. Engels ainda reconhece que os cartistas não tiveram participação direta na sublevação, mas se aproveitaram da situação de revolta popular (ENGELS, 2008, p. 259, 260, 267).

O fato realmente relevante para Engels teria sido o desenvolvimento do próprio cartismo como um movimento exclusivamente político e de caráter nacional, entendido por ele como um partido dos trabalhadores em oposição efetiva à burguesia, superando os limites das associações e das greves.

A proposta do proletariado é a Carta do Povo (People's Charter), cuja forma possui um caráter exclusivamente político e exige uma base democrática para a Câmara Alta. O cartismo é a forma condensada da oposição à burguesia. Nas associações e nas greves, a oposição mantinha-se insulada, eram operários ou grupos de operários isolados a combater burgueses isolados; nos poucos casos em que a luta se generalizava, na base dessa generalização estava o cartismo - neste, é toda a classe operária que se insurge contra a burguesia e que ataca, em primeiro lugar, seu poder político, a muralha legal com que ela se protege. O cartismo nasceu do partido democrático, partido que nos anos oitenta do século passado desenvolveu-se com o proletariado e, ao mesmo tempo, no proletariado. (ENGELS, 2008, p. 262)

A importância do cartismo será retomada por Marx na sua polêmica com a obra *O sistema das contradições econômicas* (2007 [1846]), de Proudhon.

Na Inglaterra, não se ficou nas coalizões parciais, que só objetivavam uma greve passageira e desapareciam com ela. Formaram-se coalizões permanentes, trade-unions que servem de baluarte aos operários em suas lutas contra os patrões. E, atualmente, todas estas trade-unions locais encontram um ponto de união na National Association of United Trades, cujo comitê central está em Londres e que já conta com 80.000 membros. A formação dessas greves, coalizões e trade-unions caminha simultaneamente às lutas políticas dos trabalhadores, que hoje constituem um grande partido político, sob a denominação de cartistas. (MARX, 1985, p. 158)

Antes de continuar com a argumentação, é importante destacar que a polêmica que Marx tenta estabelecer com Proudhon (2007, p. 131-132) nesse ensaio se refere às coalizões e greves, que para o anarquista francês eram limitadas e ineficazes, uma vez que a elevação dos salários seria acompanhada do aumento dos preços, anulando os ganhos salariais.⁴ Na verdade, essa é uma falsa polêmica, uma vez que na própria teoria marxista são apontados, como foi apresentado nas teses de Engels, limites das lutas salariais. Marx ([s.d.], p. 377) no seu pronunciamento nas sessões do Conselho Geral da AIT, em 1865, reforçou os limites das lutas econômicas: “a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos”.

Retornando às teses de Marx sobre as greves, vemos que o comunista alemão defendia, tal qual seu companheiro Friedrich Engels, que os movimentos grevistas constituem a primeira tentativa de resistência aos efeitos da concorrência entre os trabalhadores imposta pelo sistema capitalista e de oposição ao próprio sistema. As experiências resultantes dessas lutas de resistência possibilitariam o aprendizado para a “batalha futura” e a conversão do movimento num movimento político.

4 Marx procura polemizar com o seguinte trecho da obra de Proudhon: “[...] todo movimento de alta nos salários não pode deixar de ter outro efeito que aquele de uma alta do trigo, do vinho, da carne, do açúcar, do sabão, do carvão, etc., isto é, o efeito de uma carestia. De fato o que é o salário? É o preço de venda do trigo, do vinho, da carne, do carvão, etc.; é o preço integrado de todas as coisas. Vamos prosseguir: o salário é a proporcionalidade dos elementos que compõem a riqueza e que são consumidos reprodutivamente pela massa dos trabalhadores. Ora, duplicar os salários, no sentido que o povo entende, é atribuir a cada um dos produtores uma parte maior que seu produto, o que é contraditório; e se a alta incide somente num pequeno número de indústrias, é provocar uma perturbação geral nas trocas, numa palavra, uma carestia. Deus me livre das predições! Mas, apesar de toda minha simpatia pela melhoria da sorte da classe operária, é impossível, declaro, que as greves seguidas de aumento de salários não provoquem a um encarecimento *geral*: isso é tão certo como dois e dois são quatro” (PROUDHON, 2007, p. 131-132). Com o objetivo de contradizer essas afirmações, Marx recorre a argumentos retóricos, ou seja, afirma que o aumento dos preços na sequência do aumento dos salários só ocorre “em termos”: “Em primeiro lugar, não há *encarecimento geral*. Se o preço de toda coisa dobra ao mesmo tempo que o salário, não há alteração nos preços, mas apenas nos seus termos. De fato, uma elevação geral dos salários jamais pode produzir um encarecimento mais ou menos geral das mercadorias: se todas as indústrias empregassem o mesmo número de operários em relação ao capital fixo ou aos instrumentos de que servem, uma elevação geral dos salários produziria uma redução geral dos lucros e o preço corrente das mercadorias não sofreria nenhuma alteração” (MARX, 1985, p. 154).

Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção dos salários, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem num mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agruparam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário. Isto é tão verdadeiro que os economistas ingleses assombram-se ao ver que os operários sacrificam boa parte do salário em defesa das associações que, aos olhos destes economistas, só existem em defesa do salário. Nesta luta — verdadeira guerra civil — reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha futura. Uma vez chegada a este ponto, a associação adquire um caráter político. (MARX, 1985, p. 159)

Portanto, a teoria marxista contribui para o entendimento da noção de greve e seu lugar na luta de classes considerando os movimentos grevistas como as primeiras formas de protesto de resistência da imposição da concorrência entre os trabalhadores pelo sistema capitalista, concorrência essa que determinaria o valor dos salários. Essa resistência, apesar de limitada e ineficaz, teria um papel pedagógico fundamental, uma “verdadeira escola de guerra para a grande batalha futura”. A luta seria levada a um patamar superior quando supera as reivindicações econômicas e assume um caráter especificamente político.

O papel pedagógico das greves e a passagem da luta econômica para luta política são retomados nas teorias de Vladimir Lênin, em especial no artigo intitulado *Sobre as greves*, escrito no final de 1899, quando a Rússia passava por um ciclo crescente de greves, nos “últimos anos, as greves operárias são extraordinariamente frequentes na Rússia. Não existe nenhuma província industrial onde não tenha havido várias greves. Quanto às grandes cidades, as greves não cessam”. Analisando esse período de ascenso das lutas operárias, Lênin defendia que as greves são resultantes das contradições do capitalismo, por isso significariam o início da luta de classes operárias contra as estruturas do sistema (LÊNIN, 2008, p. 99, 100).

Lênin também recorreu à imagem da “escola de guerra” para ressaltar o papel pedagógico das lutas grevistas.

A greve ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários; ensina a pensarem não só no seu patrão e nos seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária. [...] Mas a greve abre os olhos dos operários não só quanto aos capitalistas, mas também ao que se refere ao governo e às leis. [...] Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se; as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas; as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de “escola de guerra”, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital. (LÊNIN, 2008, p. 105-106)

Na teoria leninista a experiência das lutas grevistas, considerando que se trata de uma “escola de guerra”, é fundamental no processo de tomada de consciência dos trabalhadores enquanto classe, ou seja, a consciência dos interesses antagônicos com a burguesia e dos interesses comuns com o conjunto dos trabalhadores. Ao desenvolver sua teoria o comunista russo buscou recuperar algumas das concepções que nortearam os debates na AIT, como por exemplo, o entendimento de que as greves não são os únicos meios para a emancipação dos trabalhadores e ressalta que não podem ignorar os outros meios de luta, pois poderiam retardar o próprio desenvolvimento das lutas (LÊNIN, 2008, p. 106).

Assim, a teoria de Lênin reforça o caráter pedagógico das greves ao traçar as estratégias para o êxito dos movimentos grevistas. Ele estabelece três condições para o sucesso das greves, que na verdade são parte de processo cumulativo de aprendizagem que culminaria com a organização e as lutas dirigidas pelo “partido operário socialista”. A primeira condição apontada é a organização das caixas de resistência, sem as quais não seria possível a manutenção das greves. A segunda condição refere-se a um momento de avanço da consciência dos trabalhadores de maneira que eles saberiam discernir qual o melhor momento para deflagração das greves. A terceira e última condição é a passagem das lutas que seriam meramente econômicas para as lutas políticas.

Em terceiro lugar, as greves mostram aos operários, como vimos, que o governo é seu inimigo e que é preciso lutar contra ele. Com efeito, as greves ensinaram gradualmente à classe operária, em todos os países, a lutar contra os governos pelos direitos dos operários e pelos direitos de todo o povo. Como já dissemos, essa luta só pode ser levada a cabo pelo partido operário socialista, através da difusão entre os operários das justas ideias sobre o governo e sobre a causa operária. Nontra ocasião nos referiremos em particular a como se realizam na Rússia as greves e a como devem utilizá-las os operários conscientes. Por enquanto devemos assinalar que as greves são, como já afirmamos linhas atrás, uma “escola de guerra”, mas não a própria guerra; as greves são apenas um dos meios de luta, uma das formas do movimento operário. (LÊNIN, 2008, p. 107)

Lênin enfatiza o papel pedagógico das greves no processo das lutas dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Na sua perspectiva, essa aprendizagem permitiria um ganho qualitativo quando as lutas assumem uma dimensão política, isto é, a percepção dos trabalhadores que sua luta não é exclusivamente contra a classe burguesa, mas também contra os governos. Aqui a teoria leninista aponta para um salto qualitativo também do ponto de vista organizativo e programático, uma vez que a luta política é travada pelo partido político.

A comunista alemã Rosa Luxemburgo, especialmente no texto *Greve de massas, partido e sindicato*, recoloca do debate acerca da relação e da diferenciação entre as lutas econômicas e políticas. Na tentativa de interpretar a suble-

vação proletária conhecida como Revolução Russa de 1905, desenvolveu uma tipologia das greves, greve geral, greve de massas, greve espontânea, greve não-espontânea, greve econômica e greve política, a partir das divergências entre marxistas e anarquistas sobre a estratégia da greve geral e da identificação e diferenciação dos movimentos de caráter econômico e político.

Greves econômicas e políticas, greves de massa e greves parciais, greves de protesto ou de combate, greves gerais abrangendo setores particulares, ou cidades inteiras, lutas reivindicativas pacíficas ou batalhas de rua, combates de barricadas – todas essas formas de luta se cruzam ou se tocam, se interpenetram ou deságuam umas nas outras: é um mar de fenômenos eternamente novos e flutuantes. E a lei do movimento desses fenômenos surge claramente: não reside na própria greve de massas, nas suas particularidades técnicas, mas na relação entre as forças políticas e sociais da revolução. A greve de massas é tão somente a forma adquirida pela luta revolucionária e qualquer deslocamento na correlação das forças em luta, no desenvolvimento do partido e na divisão das classes, na posição da contrarrevolução, influi imediatamente sobre a ação da greve por meio de inúmeros caminhos invisíveis e incontroláveis. Entretanto, a própria ação da greve de massas não para um só instante. Adquire somente outras formas, modifica a sua extensão, os seus efeitos. Ela é a pulsação viva da revolução e ao mesmo tempo o seu motor mais poderoso. (LUXEMBURGO, 2010, p. 281)

Portanto, na teoria de Rosa Luxemburgo a greve de massas é entendida como o processo de luta de classes que caminha para a ruptura revolucionária; trata-se do longo processo indefinido das contradições entre capital e trabalho. “A greve de massas é antes um termo que designa globalmente todo o período da luta de classes que se estende por vários anos, às vezes decênios”. Na verdade, para Rosa Luxemburgo o processo revolucionário é responsável pela passagem da luta econômica para a luta política, “que se traduz na greve de massas”, sendo assim, “não é a greve de massas que produz a revolução, mas é a revolução que produz a greve de massas” (LUXEMBURGO, 2010, p. 281, 282, 288).

As greves de massas também cumprem, segundo a teoria da comunista alemã, o papel de complementaridade das lutas econômicas e das lutas políticas. As greves de luta seriam greves econômicas e, portanto, nasceriam espontaneamente, ao contrário das greves de protesto, que seriam greves políticas.

Todas as outras greves de massas parciais ou greves gerais não foram greves de protesto, mas de luta; como tais nasceram espontaneamente por ocasião de incidentes particulares, locais e fortuitos, e não a partir de um plano preconcebido e deliberado e, com o poder de forças elementares, adquiriram dimensões dum movimento de grande envergadura. (LUXEMBURGO, 2010, p. 282)

Rosa Luxemburgo coloca de um lado os movimentos espontâneos, notadamente lutas econômicas, e de outro lado os movimentos conscientes, notadamente de caráter político, que exigem a organização partidária, que assumiria o papel de direção política e ideológica.

Se considerarmos as coisas cronologicamente, nota-se o seguinte: as greves de protesto que, ao contrário das greves de luta, exigem um nível de disciplina partidária muito elevado, uma direção política e uma ideologia política conscientes e, portanto, parecem segundo o esquema como a forma mais elevada e mais refletida da greve de massas. (LUXEMBURGO, 2010, p. 283)

Entretanto, as greves de massa teriam a capacidade, enquanto processo revolucionário, de garantir a simbiose entre as greves de reivindicações econômicas e as greves de protesto político.

Em suma, a luta econômica apresenta uma continuidade, é o fio que une os diferentes nós políticos; a luta política é uma fecundação periódica que prepara o solo para as lutas econômicas. Causa e efeito sucedem-se, alternam-se incessantemente, e assim os fatores políticos e econômicos, longe de se distinguirem claramente ou de se excluírem reciprocamente como pretende o pretensioso esquema, constituem no período da greve de massas dois aspectos complementares da luta da classe proletária russa. É precisamente a greve de massas que dá forma à sua unidade. (LUXEMBURGO, 2010, p. 286)

Em resumo podemos afirmar o seguinte: na teoria marxista clássica as greves são pedagógicas no sentido que “ensinam” os trabalhadores a necessidade de uma luta política nacional pela conquista do Estado; elas são reduzidas assim ao papel de conscientização futura e, em si mesmas, não tem nenhuma relação institucional, nem organizativa, com a luta revolucionária. O marxismo assim teoriza e preconiza a limitação das greves, estas não devem se desenvolver em formas insurrecionais, mas sim seguindo o modelo cartista, em movimentos legais de reforma e conquista do poder político. Essa visão seria alterada por Lenin. Enquanto membro da oposição à direção da social-democracia internacional irá defender a associação das greves ao movimento insurrecional, retomando a prática do sindicalismo revolucionário e do anarquismo internacional. Mas tão logo depois da consolidação do poder de Estado do partido comunista, as greves tornam-se problemáticas. Desse modo, enquanto na tradição dominante da socialdemocracia e do marxismo a greve é separada da insurreição (supondo a incapacidade dos trabalhadores de se libertarem por si, sem recorrerem ao poder de Estado), ela só foi vinculada aos movimentos insurrecionais no anarquismo e em interpretações revolucionárias minoritárias no marxismo, que por sua vez tinham outras contradições. De maneira geral, as greves são em no marxismo uma resposta ao desenvolvimento das forças produtivas, o produto da imposição da concorrência e, logo, formas de reação determinadas e não-determinantes da transformação revolucionária (que estaria no desenvolvimento das próprias forças produtivas).

4. A POLÊMICA DA GREVE GERAL: MARXISTAS E ANARQUISTAS

Entre as divergências entre anarquistas e comunistas no interior do movimento dos trabalhadores, as polêmicas acerca da greve geral ocupam um lugar de destaque para o presente estudo, pois permitem o entendimento das diferenças ideológicas, teóricas, estratégicas e programáticas entre essas duas tendências do sindicalismo.

No interior da AIT a estratégia de uma greve geral foi pautada a partir dos debates sobre a guerra, ou seja, também foi no Congresso de 1868 que apareceu a primeira formulação da greve geral nos documentos da AIT. Os diversos delegados presentes ao III Congresso se pronunciaram contra a guerra e defenderam que a AIT se posicionasse. Os discursos mais inflamados e incisivos contra a guerra entre as nações eram aclamados pelos demais delegados presentes ao Congresso. O papel da delegação belga também merece destaque, pois foram principalmente os delegados da seção de Bruxelas que mais vezes se pronunciaram contra a guerra. Ao final dos debates, Tolain apresentou uma proposta que foi aprovada,⁵ segundo Dolléans (2003, p. 247-248), com o destaque inclusivo de Charles Longuet que estabeleceu a estratégia da greve geral contra a guerra: “O congresso recomenda aos trabalhadores cessarem todo o trabalho no caso de guerra”.⁶ Assim, a primeira elaboração da estratégia da greve geral, enquanto resolução da Primeira Internacional, teve um caráter eminentemente político, isto é, voltada contra a guerra, considerada um instrumento de dominação e exploração das classes dominantes.

Os debates sobre a guerra começaram no II Congresso da AIT, em Lausanne, onde “o pauperismo e a falta de equilíbrio econômico” foram considerados as causas primeiras da guerra e que suas consequências recaem “principalmente sobre a classe trabalhadora” (GUILLAUME, 2009, p. 101-102; CGT, 1913: 3). Portanto, os debates do Congresso de Bruxelas foram o resultado desse acúmulo de discussões, que mesmo ressaltando a dimensão política da oposição à guerra, não negligenciaram suas dimensões sociais e econômicas e culminaram na estratégia de greve geral.

Marx e seus partidários teriam discordado da estratégia da greve geral contra a guerra: “Esta decisão, que mais tarde todos os trabalhadores Congresso Internacional adotaram, chocou Marx. Em sua carta a Engels, 16 de setembro, ele brinca e fala da loucura belga em querer greve contra a guerra”

5 Ver a resolução final contra a guerra in CGT. Le prolétariat contre la guerre et les trois ans. Paris, Maison des Federations, 1913, pp. 4-5.

6 Conferir a redação final das resoluções sobre a guerra em CGT (1913, p. 5), Com-père-Morel (1912, p. 508-509) e Guillaume (2009, p. 159-160).

(DOLLÉANS, 2003, p. 248).⁷ Por sua vez, os anarquistas e os aliancistas procuram aprofundar a estratégia da greve geral e desenvolveram a estratégia da *greve geral insurrecional, ou seja, a conversão das lutas reivindicativas e de resistência em uma luta ofensiva contra o Estado e o capital*. Sendo assim, Bakunin foi o primeiro a sistematizar a teoria anarquista da greve geral em 1869:

Quando as greves se alargam, se interpenetram, é porque está próximo o momento da greve geral; e uma greve geral, com as ideias de libertação que reinam hoje no proletariado, só pode conduzir a um grande cataclisma que dará uma nova estrutura à sociedade. Não há dúvida que ainda lá não chegamos, mas tudo nos conduz a tal. Só é necessário que o povo esteja preparado, que não se deixe enganar pelos saladores e pelos sonhadores, como em 48, e para tal é necessário que se organize coerente e seriamente. (BAKUNIN, 1979, p. 11)

A greve geral na teoria bakuninista é sinônimo de insurreição. Trata-se de ofensiva da classe trabalhadora contra a ordem burguesa, onde a dialética criação-destruição estabelece a destruição do sistema capitalista e a criação da sociedade socialista. A tese da *greve geral insurrecional* se pauta no entendimento de que a luta revolucionária é uma luta eminentemente econômica, ou melhor dizendo, uma luta pela emancipação econômica da classe trabalhadora. Para os bakuninistas a emancipação econômica só é possível com a destruição simultânea da propriedade privada e do Estado (BAKUNIN, 1979: 62). Assim, a greve geral insurrecional tem objetivos programáticos definidos: a abolição da propriedade privada e a destruição do Estado, como condições necessárias para a emancipação dos trabalhadores. Ainda em termos programáticos, a proposta de organização da sociedade pós-revolução é a federação livre das comunas. Bakunin definiu com precisão esses objetivos programáticos numa carta endereçada ao companheiro Albert Richard, às vésperas da insurreição da Comuna de Paris:

Se Paris sublevar-se e triunfar, terá o dever e o direito de proclamar a completa liquidação do Estado político, jurídico, financeiro e administrativo – a bancarrota pública e privada, a dissolução de todos os poderes, de todos os serviços, de todas as funções e de todas as forças do Estado, o incêndio ou o júbilo pelo incêndio de todos os papéis, documentos privados e públicos. Paris apressar-se-á naturalmente a organizar-se por si mesma, bem ou mal, revolucionariamente, depois que os trabalhadores reunidos em associações tiverem se apoderado de todos os instrumentos de trabalho, capitais e todos os tipos de prédios. Permanecendo armados e organizados por ruas e por bairros, eles formarão a federação revolucionária de todos os bairros, a comuna federativa. (BAKUNIN, 2012, p. 96)

7 Sobre a posição dos marxistas sobre a estratégia da greve geral contra a guerra conferir também Bottomore (2001, p. 168) e Just (2012, p. 3).

Como já foi exposto anteriormente, os anarquistas desenvolveram a estratégia da greve geral insurrecional como uma resposta à necessidade do embricamento das lutas imediatas da classe trabalhadora como a ruptura revolucionária com o sistema capitalista. Portanto, a greve geral experimentada em vários países ao longo do século XIX foi apropriada pela teoria revolucionária anarquista e se converteu numa das principais contribuições da teoria bakuninista para o sindicalismo revolucionário do final do século XIX e do século XX.

As divergências ideológicas, teóricas, estratégicas e programáticas entre anarquistas e marxistas no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores se intensificaram nos anos seguintes. Tanto no IV^o Congresso, realizado em 1869 na Basileia, quanto no entendimento e na estratégia programática da Comuna de Paris (1871). As divergências atingiram seu ponto de ruptura definitiva no V^o Congresso, realizado em Haia no ano de 1872.

No ano de 1871 não foi realizado o congresso da AIT, em decorrência da Comuna de Paris. No lugar do congresso ocorreu uma conferência convocada pelo Conselho de Geral da AIT, sob hegemonia de marxistas e blanquistas. A conferência aprovou a política de fundação de partidos operários para disputar as eleições burguesas e aumentou os poderes do Conselho Geral e tais decisões acirraram os conflitos entre anarquistas e marxistas na Primeira Internacional (COLE, 1974, p. 188-190).

No ano seguinte, em 1872, no congresso de Haia da AIT, as tensões entre os marxistas e seus partidários e entre os aliancistas e seus aliados atingiram seu ponto inflexão, cujo resultado foi a cisão da Primeira Internacional. Por causa das dificuldades provocadas pelos desdobramentos da derrota da Comuna de Paris, o quinto congresso da AIT contou com baixa participação dos aliancistas, destacando a ausência das delegações da Itália e da França e do próprio Bakunin, assim os marxistas construíram uma maioria fictícia (COLE, 1974, p. 190). Os marxistas aprovaram a expulsão de Bakunin e James Guillaume e a transferência do Conselho Geral para os Estados Unidos. Entretanto, a maioria das seções não aceitou a decisão e, atendendo à convocação feita pelos anarquistas, realizaram um novo congresso ainda em 1872, em Saint Imier, que contou com a participação das seções italiana, espanhola, americana e francesa e a jurassiana (suíça). Posteriormente recebeu a adesão da seção belga. O congresso de Saint Imier não reconheceu as decisões de Haia, e decidiu manter a organização da Primeira Internacional (COLE, 1974, p. 193).

Mesmo depois dessa cisão, anarquistas e marxistas continuaram disputando a hegemonia do movimento dos trabalhadores e o embate entre essas tendências contribuiu para o desenvolvimento de diferentes concepções, estratégias e programas para o movimento da classe trabalhadora, como se

observa nos desdobramentos das divergências sobre a estratégia da greve geral. Assim, um dos debates mais conhecidos sobre essa divergência está presente no texto intitulado *Os Bakuninistas em Ação*, escrito pelo comunista alemão Friedrich Engels e publicado no jornal “Der Volksstaat” em novembro de 1873. Trata-se de uma análise crítica da estratégia traçada pelas lideranças bakuninistas da seção espanhola da AIT durante o levante popular espanhol de junho de 1873. Sobre a estratégia de greve geral, afirmou o comunista alemão:

No programa de Bakunin, a greve geral é o trampolim que leva à Revolução Social. Uma bela manhã, os operários de todas as associações de um dado país e até do mundo inteiro deixam o trabalho e em quatro semanas, no máximo, obrigam as classes dominantes a darem-se por vencidas ou a lançarem-se contra os operários, com o que ganham o direito de se defenderem e, aproveitando a ocasião, de derrubarem a velha organização social. A ideia não é nova: primeiro foram os socialistas franceses e logo em seguida os belgas, desde 1848, a tentar montar este esquema que é, sem dúvida, pela sua origem um cavalo de raça inglesa [...]. Também no congresso dos aliancistas celebrado em Genebra no dia 1 de setembro de 1873, desempenhou grande papel a Greve Geral, se bem que se tenha desde há bastante tempo reconhecido em todo o mundo que para realizá-la é necessário que a classe operária possua uma organização perfeita e uma boa “caixa de greve”. E reside aqui exatamente a dificuldade maior do problema. Por um lado, os governos nunca permitirão que a organização nem as caixas de greve cheguem a um grande nível de desenvolvimento, sobretudo se continuamente se prega o abstencionismo político e por outro lado, os acontecimentos políticos e os abusos das classes poderosas irão facilitar a emancipação dos operários muito tempo antes de o proletariado atingir a reunião simultânea dessa organização e desse fundo de reserva. Mas no caso de possuir ambos os requisitos certamente não precisariam utilizar a greve geral para atingir a sua meta. (ENGELS, 2012, p. 4)

Em sua argumentação, Friedrich Engels acusava de espontaneísta a tese bakuninista da greve geral, ironizando-a como uma ação dos trabalhadores que aconteceria “numa bela manhã”. Além disso, criticava a ausência de uma estratégia militar e, por último, considerava que a organização de um “fundo de greve” para uma greve geral exige um grau de organização tão elevado quanto a deflagração da ruptura revolucionária. Enfim, considerava a greve geral irrealizável nos termos da teoria anarquista.

A crítica de Engels à ação política dos bakuninistas na Espanha não se limitou à oposição à estratégia da greve geral insurrecional, mas se estendeu à posição anarquista de não participação dos trabalhadores nas eleições para o parlamento burguês.

É sabido que, na Espanha, ao produzir-se a cisão da Internacional, ficaram em vantagem os membros da Aliança Secreta; a grande maioria dos operários espanhóis aderiu a ela. Ao ser proclamada a República em fevereiro de 1873, os aliancistas

espanhóis viram-se em situação muito difícil. A Espanha é um país muito atrasado industrialmente e por esse fato não se pode falar de uma emancipação imediata e completa da classe operária. Antes que isso possa acontecer, a Espanha terá que passar por etapas prévias de desenvolvimento e deixar para trás uma série de obstáculos. A República oferecia a oportunidade para tornar mais curtas essas etapas para liquidar esses obstáculos. Mas esta oportunidade só podia aproveitar-se por intermédio da intervenção política, ativa, da classe operária. A massa do operariado pensou desse modo e em todas as partes pressionou para que houvesse intervenção nos acontecimentos, para que se aproveitasse a ocasião para agir, em vez de deixar o campo livre para as manobras e para as intrigas. O governo convocou eleições para as Cortes Constituintes. Que posição deveria adotar a Internacional? Os dirigentes bakuninistas estavam mergulhados na maior perplexidade. O prolongar da inatividade política tornava-se cada dia mais ridículo e mais insustentável; os operários queriam fatos. E, por outro lado, os aliancistas tinham durante anos seguidos, pregado que não se devia nunca intervir em nenhuma revolução que não fosse encaminhada para a emancipação imediata e completa da classe operária, que o fato de empreender qualquer ação política implicava no reconhecimento do Estado, a grande origem do mal e que, portanto, e, muito especialmente, a participação em qualquer classe de eleições era um crime que merecia a morte. (ENGELS, 2012, p. 1-2)

A argumentação de Friedrich Engels foi construída a partir de teses centrais da teoria da revolução do materialismo histórico: o desenvolvimento das forças produtivas e a revolução política. Engels identificava o atraso da industrialização espanhola como uma etapa a ser superada como condição necessária para o desenvolvimento de um contexto revolucionário. O regime político monárquico também foi identificado como um obstáculo à revolução proletária, portanto, a proclamação da república constituiria para ele outra condição fundamental para o avanço das lutas operárias.

No que diz respeito às condições objetivas e subjetivas da classe trabalhadora para a revolução, Engels destacou o desenvolvimento dos trabalhadores das indústrias, sua organização sindical e suas greves de caráter econômico e corporativo como a condição necessária inicial para o avanço da consciência de classe. Mas a organização político partidária e a participação nas eleições parlamentares, com a defesa de candidaturas operárias, permitiriam à consciência de classe alcançar um patamar superior. Por isso, ele condena a negação das eleições burguesas feita pela teoria anarquista. É possível afirmar que para Engels, bem como para os demais teóricos da escola marxista, a estratégia da greve geral na concepção bakuninista limitaria a ação da classe trabalhadora ao plano das lutas econômicas imediatas, uma vez que ela é indissociável do “abstencionismo político”. Stéphane Just sintetizou bem a crítica marxista à tese da greve geral bakuninista: “Anarquistas e anarco-sindicalistas vêem a greve geral como a melhor forma de resolver a “questão social” rejeitando a ação política,

incluindo a participação nas eleições e agitação parlamentar. Eles limitam a ação do proletariado a meios “puramente econômicos”(JUST, 2012, p. 7).

Portanto, a crítica marxista à concepção anarquista da greve geral tem uma dimensão estratégica, uma vez que a considera “economicista”⁸, mas também se estende ao plano programático, uma vez que procura reafirmar o programa da ditadura do proletariado para a organização social pós-revolução. Essas divergências também estão presentes na dimensão organizativa, pois, desde a Conferência de 1871, a linha política marxista é a organização de partidos políticos dos trabalhadores para a disputa das eleições burguesas, enquanto que a linha política anarquista é a reorganização do movimento dos trabalhadores como condição necessária para a retomada dos movimentos insurrecionais, isto é, para a deflagração da greve geral.

Os debates sobre a greve geral não ficaram restritos às divergências entre anarquistas e marxistas, mostra Étienne Buisson em sua obra *La Grève générale*, publicada em 1905. Buisson se propôs a desenvolver um balanço crítico das concepções de greve geral presentes no interior do movimento sindical na virada do século XIX para o século XX. Portanto, sua análise compreende um contexto bem diferente das décadas de 1860 e 1870, quando as formulações e debates sobre a estratégia da greve geral tiveram um lugar privilegiado no interior da Primeira Internacional, isto é, Buisson se debruça sobre a temática da estratégia da greve geral num contexto marcado pelos efeitos da dissolução da Primeira Internacional. A AIT com sede em Nova Iorque se autodissolve no Congresso da Filadélfia em 1876 e a AIT “Antiautoritária” manteve sua existência até 1881.

Sendo assim, a partir da década de 1880 o movimento dos trabalhadores passa por um processo de reorganização que se caracterizou pela constituição das confederações de trabalhadores em cada país, que começou com a fundação, em 1895 da confederação francesa, *Confédération Générale du Travail* (CGT francesa), constituída da fusão da *Fédération Nationale des Syndicats*, hegemonizada por sindicalistas socialistas, principalmente os guesdistas, e da *Fédération des Bourses du Travail*, hegemonizada por socialistas anarquistas. Posteriormente, foram fundadas as confederações italiana, *Confederazione Generale del Lavoro* (1906) e espanhola, *Confederación Nacional del Trabajo* (1910). No caso América do Norte a reorganização dos trabalhadores se deu a partir da fundação da *Federation of Organized Trades and Labor Unions of the United States and Canada*, em 1881, que passa a

8 É importante observar que a acusação de “economicismo” se dá porque o marxismo reduz o conceito de político à atividade de Estado e o anarquismo, preconizando toda uma série de instituições sociais macro e micro, escapa a este conceito limitado de ação política, de forma que estão numa zona em que o marxismo não reconhece. Por tanto, do ponto de vista marxista, essas ações socioculturais são rotuladas e reduzidas ao “econômico”.

ser denominada *American Federation of Labor* a partir de 1886, e no caso alemão foi fundada a *Comissão Geral dos Sindicatos da Alemanha*, em 1890.

Nesse contexto de reorganização, segundo Buisson (1905, p. 10), foram atribuídos diversos significados a noção de greve geral, produzindo, inclusive, dificuldades para o entendimento da estratégia da paralisação geral de todas as atividades de trabalho. Diante dessa diversidade, Buisson tenta encontrar o significado original da ideia de greve geral e identifica dois momentos da sua constituição: primeiro, as greves gerais teriam surgido como alternativas aos “lock-outs”, isto é, as greves patronais; em segundo lugar, sua primeira sistematização teria sido o texto de Bakunin publicado em 1869, no jornal *L’Egalité*, órgão da AIT. *Ele conclui que a greve geral, “na sua aceção mais ampla, na sua etimologia, pode ser definida como a paralisação de todo o trabalho em todos os ramos de atividade econômica – industrial, agrícola, comercial – de uma nação. É a sua definição de origem”* (BUISSON, 1905, 6, 7, 9).

As divergências que apareceram eram sobre o significado de greve geral e sobre os seus objetivos. Segundo Étienne Buisson (1905, p. 10), a noção de greve geral passou a ser utilizada para designar greves de determinados ramos da indústria e do comércio que se generalizavam, que na verdade teriam características de greves gerais corporativas. Assim, ele considera que a noção de greve geral deve ser usada somente para designar “la cessation de tout travail ouvrier dans un pays, ou dans tous les pays, ou même dans une province ou dans une ville”, pois essa seria sua concepção original, e os demais movimentos paredistas deveriam ser denominados de greves generalizadas ou de greves gerais corporativas.

Na década de 1880 a estratégia da greve geral teve destaque em momentos significativos para o movimento dos trabalhadores em reorganização que demarcaram bem as divergências quanto aos objetivos da greve geral. O primeiro caso foi a greve geral reivindicando jornada de trabalho de 8 horas por dia no 1º de maio de 1886 na cidade de Chicago. As correntes anarquistas que atuavam no interior da *American Federation of Labor* conseguiram aprovar a estratégia da greve geral em 1884 e a deflagraram em maio de 1886.⁹ Nesse caso e em outros, pode-se afirmar que a greve geral é utilizada como um objetivo reivindicativo, por ser considerada mais eficaz do que as greves parciais: “a greve geral apareceu como uma alternativa ao fracasso sistemático das greves parciais, greves localizadas em um só lugar e um ramo da produção. Se tratava, neste caso, de propor a generalização do conflito para forçar uma vitória” (GABRIEL, 1991, p. 17).

9 Nesse período as correntes anarquistas nos Estados Unidos se organizavam na *International Working People’s Association (IWPA)*, fundada em 1882. Sobre a atuação dos militantes anarquistas nas lutas e greves pela jornada de 8 horas de trabalho ver Mella (2005).

O segundo caso foi a aprovação da estratégia da greve geral na França pelo congresso da Fédération Nationale des Syndicats, em 1888. A resolução aprovada estabeleceu uma diferenciação entre as greves parciais e a greve geral: “Considérant que la grève partielle ne peut être qu’un moyen d’agitation et d’organisation; le Congrès déclare que, seule, la grève générale, c’est-à-dire la cessation complète de tout travail ou la Révolution sociale, peut entraîner les travailleurs vers leur émancipation” (BUISSON, 1905, p. 15). Portanto, entre os trabalhadores franceses reunidos no congresso da Fédération Nationale des Syndicats, as greves parciais eram instrumentos de agitação e organização, enquanto que a greve geral era entendida como sinônimo de revolução social, ou seja, seu objetivo é a emancipação da classe trabalhadora.

Com a fundação da CGT francesa em 1895, a estratégia da greve geral passa a fazer parte da própria história da confederação dos trabalhadores franceses. Entretanto, as diversas correntes e tendências que confluíram para a sua fundação vão atribuir significados e objetivos diferentes para a greve geral (GABRIEL, 1991, p. 18-19).

Os desdobramentos dos debates sobre a estratégia das greves e a consolidação da CGT na França colocaram outro elemento na concepção de greve geral: o entendimento de que a organização geral dos trabalhadores passa a ter a responsabilidade pela deflagração de uma greve geral. Assim, os sindicatos seriam responsáveis pelas greves parciais, as federações pelas greves gerais corporativas e a confederação pela greve geral (BUISSON, 1905, p. 21).

O terceiro caso de destaque são as greves gerais na Bélgica, onde o objetivo do movimento era a conquista do sufrágio universal. Diferentemente dos exemplos anteriores, a temática da greve geral na Bélgica passou de maneira decisiva pelo debate político partidário, tendo a reivindicação do voto universal como centro das lutas dos trabalhadores impulsionado pelo Partido Operário Belga, o que gerou uma polarização com os defensores da ação direta e da greve geral.

A fundação do Partido Operário Belga em 1885 e a explosão de violência social desencadeada na região de Liège no ano seguinte abrem um novo período na luta do trabalhismo belga caracterizado por certa polarização e subsequente contencioso entre os sectores partidários da ação direta e da greve geral e as marchas sobre Bruxelas e aqueles que colocavam, como objetivo político básico a luta pelo sufrágio universal. [...] A chamada greve geral se realizou em diversos territórios em particular entre os mineiros [...] A extensão do movimento obrigou a um funcionamento seletivo dos caixas de resistência e ao Conselho geral do partido a endurecer suas posições a respeito da demanda de sufrágio universal para não perder a iniciativa política. O congresso de dezembro de 1892 se dedicou somente ao tema da relação entre o sufrágio universal e

a greve geral, e se propôs a utilizar esta medida de forma imediata se Parlamento não assumisse aquela petição depois de realizar um referendo favorável ao sufrágio universal. (BONAMUSA, 1991, p. 70-71)

As lutas e as configurações que assumiram as concepções da greve geral no interior do movimento dos trabalhadores belgas, a partir da segunda metade da década de 1880, apontaram para a elaboração da noção de greve geral de protesto, ou seja, cujo objetivo não seria a revolução social, mas sim a conquista de determinadas reivindicações políticas ou econômicas. Inicialmente o foco dos partidários da concepção da greve geral de protesto é a luta pelo sufrágio universal, o que também ocorrerá na Áustria e na Alemanha (BONAMUSA, 1991, p. 67). É importante observar que esta elaboração foi realizada no interior do movimento operário e dos partidos operários, pelo choque de posições e como resposta a necessidade pragmáticas. A greve geral de protesto, assim, conciliou a greve geral postulada por anarquistas e coletivistas com os objetivos estratégicos dos partidos social-democratas. Na Alemanha os debates da estratégia da greve geral também passaram pelas organizações político partidárias, entretanto, foram delineados pelo conflito sobre a relação entre os partidos e as organizações sindicais, em especial com a Comissão Central de Sindicatos da Alemanha (BONAMUSA, 1991, p. 53).

Os desdobramentos dessas divergências de concepção apontaram para resoluções que separavam as atribuições dos sindicatos e dos partidos, onde as ações dos primeiros se limitariam às reivindicações e negociações de caráter econômico e corporativo e as ações políticas, por sua vez, seriam atribuições dos partidos (BONAMUSA, 1991, p. 55). No terreno do debate internacional do movimento dos trabalhadores, os sindicalistas alemães polemizaram com as concepções anarquistas da greve geral e com a ideia da greve geral de protesto. De acordo com Bonamusa, as lideranças sindicais da Alemanha foram contrárias às concepções que atribuíam à greve geral um caráter ofensivo para as lutas da classe trabalhadora “Assim no congresso de Paris da Segunda Internacional (1900) o dirigente sindical alemão Karl Legien se opunha ao francês Aristide Briand e quatro anos mais tarde, no congresso Amsterdã (agosto 1904), a delegação alemã somente aceitava a proposta da holandesa Henriette Roland-Holst no sentido de uma utilização defensiva da denominada greve de massas” (BONAMUSA, 1991, p. 55-56).

Ainda é relevante destacar os desdobramentos dos debates acerca da estratégia da greve geral na Espanha depois do movimento e das lutas de 1873, que motivaram as críticas de Engels à concepção anarquista da greve geral insurrecional. Segundo Angel Duarte (1991, p. 151-154), a ideia da greve geral perdeu força entre os trabalhadores espanhóis no período pós-levante de 1873, ficando restrita à setores mais intelectualizados. Entretanto, argumenta Duarte, que a Espanha vivia uma crise econômica no final da década de 1890,

e como resposta as classes dominantes partem para uma ofensiva contra a classe trabalhadora com a ampliação das formas de exploração, impondo a deterioração dos salários e das condições de trabalho, aumentando a jornada de trabalho e intensificando a exploração da mão de obra feminina e infantil. Diante dessa ofensiva, a classe trabalhadora espanhola retomou sua jornada de greves, primeiro com os operários das indústrias têxteis, organizados na Federação Têxtil Espanhola, e depois com a greve dos metalúrgicos, organizados na Unión Obrera Metalúrgica, em 1902. Essa greve dos metalúrgicos se enquadra no tipo de greve geral corporativa.

Esse contexto de crise econômica e retomada das lutas operárias constituiu um terreno propício para renovação da estratégia da greve geral entre os trabalhadores espanhóis. O trabalho de divulgação e defesa da greve geral foi responsabilidade das correntes anarquistas que, entre outras medidas, mantiveram um periódico de circulação no meio sindical intitulado *La Huelga General*, que tinha no militante anarquista Francesc Ferrer y Guardia um dos seus principais organizadores. (DUARTE, 1991, p. 155).

Assim, as correntes anarquistas reintroduziram a estratégia da greve geral enquanto instrumento insurrecional em meio às lutas sindicais na Espanha. O desdobramento desses debates e o amadurecimento das lutas culminaram com a greve geral de Barcelona de 1909,¹⁰ quando a *Solidaritat Obrera* deflagrou a greve contra o recrutamento de reservistas para reforçar a militarização do Marrocos, então colônia espanhola.

Étienne Buisson (1905, p. 83) conclui, depois de analisar as concepções e as experiências de greves gerais na Europa no final de século XIX e nos anos iniciais do século XX, que a estratégia da greve geral insurrecional não teria a possibilidade de obter o êxito desejado, ou seja, a Revolução Social. Ele chega a essa conclusão considerando, por um lado, que os trabalhadores não possuem a organização necessária para levar a cabo os objetivos revolucionários da greve geral e, por outro lado, que o Estado burguês se encontraria suficientemente forte para derrotar os movimentos insurrecionais.

Como Étienne Buisson publicou sua obra em 1905, certamente não incluiu a Revolução Russa de 1905 nas suas análises. Talvez a experiência russa pudesse contribuir para a elaboração de uma conclusão menos pessimista quanto à possibilidade de execução e êxito da estratégia da greve geral. De fato, a Revolução Russa colocou, ou melhor, recolocou o debate sobre a estratégia da greve geral noutra patamar, pois permitiu a reivindicação do seu caráter revolucionário. A importância da Revolução Russa de 1905 para o debate teórico e ideológico sobre a greve geral pode ser encontrada nas análises de Rosa Luxemburgo, que será a responsável por recolocar a teoria

10 Sobre a Greve geral de Barcelona de 1909, veja Rubí (2011, p. 243-268).

da greve geral no âmbito da tradição marxista, não para negá-la, mas sim numa tentativa de incorporá-la à teoria da revolução marxista. Assim, suas considerações sobre os diversos formatos das greves e a relação entre os diferentes formatos das greves são desenvolvidas a partir da crítica à teoria anarquista da greve geral, uma vez que a Revolução Russa de 1905 foi entendida como o resultado de uma greve geral. Portanto, as análises da comunista alemã tinham dois objetivos: reabilitar as teses de Marx e de Engels contra a teoria anarquista da greve geral e combater as concepções reformistas sobre a greve geral.

Hoje a Revolução Russa submeteu essa argumentação a uma revisão fundamental; permitiu, pela primeira vez na história da luta de classes, a grandiosa realização da ideia da greve de massas, e mesmo — explicá-lo-emos com mais detalhes — da greve geral, inaugurou assim uma nova época na evolução do movimento operário. Não deve concluir-se que Marx e Engels sustentaram erradamente a tática da luta política ou que a sua crítica ao anarquismo seja falsa. (LUXEMBURGO, 2010, p. 243)

No esforço de fazer a defesa da teoria marxista, a comunista alemã acusa os anarquistas de “revolucionários românticos” que se limitavam em fazer a propaganda da greve geral e, portanto, estariam presos às suas concepções idealistas, desconsiderando os processos históricos da luta de classes.

Os anarquistas concebem somente duas condições materiais preliminares nas suas especulações “revolucionárias”: em primeiro lugar, “o espaço etéreo”, e em seguida a boa vontade e coragem de salvar a humanidade do vale de lágrimas capitalista em que hoje geme. (LUXEMBURGO, 2010, p. 246)

Na verdade, a autora marxista considera que a greve geral não é o produto de uma ação consciente da classe trabalhadora, mas sim de condições externas a própria luta de classes:

É tão difícil “propagar” a greve de massas como meio abstrato de luta, como “propagar” a revolução. A “revolução” e a “greve de massas” são conceitos que não representam mais do que a forma exterior de luta de classes e só têm sentido e conteúdo quando referidas a situações políticas bem determinadas. (LUXEMBURGO, 2010, p. 250)

Rosa Luxemburgo procurou reafirmar as críticas de Engels à teoria anarquista da greve geral insurrecional classificando-a como uma teoria idealista e voluntarista, uma vez que são as condições econômicas e políticas objetivas que determinam os processos revolucionários, não a ação política da classe trabalhadora. Na verdade, a ação política dos trabalhadores seria espontânea, ou seja, não teria um planejamento e uma direção anteriores. Assim, ao destacar a dimensão espontânea da greve geral da Rússia de 1905, a comunista alemã tentava comprovar que a greve geral não poderia ser planejada, não poderia fazer parte de um plano estratégico para o desenlace revolucionário.

O elemento espontâneo desempenha, como vimos, um enorme papel em todas as greves de massas na Rússia, quer como elemento motor, quer como freio. Este fato não é motivado por a social-democracia russa ser ainda jovem e fraca, mas porque em cada ato particular de luta tomam parte uma infinidade de fatores econômicos, políticos e sociais, gerais e locais, materiais e psicológicos, de tal maneira que nenhum deles pode ser definido ou calculado como um exemplo aritmético. Mesmo se o proletariado, com a social-democracia na cabeça, desempenhar o papel de dirigente, a revolução não é uma manobra do proletariado, mas uma batalha que se desenrola enquanto à sua volta desmoronam e se deslocam sem cessar todos os alicerces sociais. Se o elemento espontâneo desempenha um papel tão importante na greve de massas na Rússia, não é porque o proletariado russo seja “deseducado”, mas porque as revoluções não se aprendem na escola. (LUXEMBURGO, 2010, p. 290)

A comunista alemã recoloca a tese de Marx de que as lutas sindicais e as greves são lutas apenas contra os efeitos do sistema capitalista, ou seja, contra os baixos salários, a pobreza, as péssimas condições de trabalho, não contra as causas, isto é, não contra o próprio sistema capitalista. Considerando essa tese marxista, a afirmação de Rosa Luxemburgo de que “não é a greve de massas que produz a revolução, mas sim a revolução que produz a greve de massas”, passa a ter um sentido pleno, ou seja, não seria possível falar em estratégia da greve geral insurrecional, pois a greve de massas só pode assumir um caráter de ruptura sistêmica num contexto pré-revolucionário ou revolucionário. E as condições de uma situação pré-revolucionária ou revolucionária independem dos movimentos grevistas sendo o resultado do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, Rosa Luxemburgo tenta reafirmar o caráter da limitação dos trabalhadores e impossibilidade da libertação da classe por si.

As greves e as organizações sindicais têm, na teoria marxista, um papel eminentemente pedagógico, uma vez que, a partir das experiências concretas de luta contra as classes dominantes, ou melhor, contra os efeitos do capitalismo, possibilitam a elevação da consciência de classe dos trabalhadores para a organização política – o partido – e a luta política – a conquista do poder, como resume o sociólogo Giovanni Alves:

Para Marx, a política tinha o seu verdadeiro estatuto no movimento social da classe, das suas lutas econômicas, que tendiam a criar, quando generalizadas, uma consciência de classe. Essas lutas econômicas generalizadas é que dariam a condição moral para a criação de um partido político da classe operária, cuja meta fosse a conquista do poder político como meio de obter a total emancipação. (ALVES, 2003, p. 194)

A crítica marxista à teoria anarquista da greve geral insurrecional negligencia aspectos centrais presentes nas teses de Bakunin e de seus aliados, como Adhémarr Schwitzguébel e James Guillaume. É interessante observar que tal postura de negar a elaboração dos anarquistas, substituindo as com-

plexas elaborações e saberes teóricos e políticos e parte de uma tradição mais ampla de negação da capacidade política da classe trabalhadora. A historiografia marxista tem uma grande dificuldade de estabelecer relatos objetivos das posições dos seus antagonistas, que são normalmente apresentados de forma caricatural. O exemplo de Rosa Luxemburgo é ilustrativo; diante de um fato histórico (a associação entre greve geral e insurreição/revolução), num contexto em que o sindicalismo revolucionário mundial defendia tal articulação, ela ignora essa experiência e elaboração e falseia os argumentos dos marxistas e dos anarquistas.

Primeiro, na concepção anarquista, a greve geral não ocorrerá numa “bela manhã”, na verdade a greve geral seria o resultado de um processo de luta, da preparação das organizações dos trabalhadores e do desenvolvimento da própria classe trabalhadora enquanto força coletiva, possibilitando o entrelaçamento dos vários movimentos grevistas que culminariam na deflagração da paralisação de todos os trabalhadores, impedindo a produção e a circulação de mercadorias. Nesse sentido, a teoria anarquista procura recorrer ao significado original da noção de greve geral, conforme argumentação de Étienne Buisson (1905). Por outro lado, a greve exigia uma tática, assim como a guerra, que pudesse identificar as condições práticas para sua realização e vitória.

CONCLUSÃO

Podemos conceitualizar três grandes formas de greve que foram elaboradas no interior da classe trabalhadora: 1) as greves locais ou parciais, que surgem da resistência imediata ao capital; 2) a greve geral defensiva, que tem um dupla função pedagógica e associativa, e demarca o aumento do poder associativo e de resistência dos trabalhadores (elaborada por mutualistas e coletivistas no interior da AIT e depois pelos debates entre anarquistas, social-democratas e comunistas no século XIX e XX); 3) a greve geral insurrecional da teoria bakuninista, que sintetiza a necessidade de um processo associativo, prevendo instituições microeconômicas, macropolíticas (as federações nacionais, associações internacionais e etc.) e a insurreição destrutiva. A dialética criação-destruição está posta nesta teoria, sendo o movimento associativo em múltiplas escalas o pólo construtivo e a insurreição o pólo destrutivo. No caso, marxistas e bakuninistas-coletivistas concordaram sobre a limitação das greves parciais e locais. Entretanto, a greve geral do bakuninismo e coletivismo tendia a evoluir das formas defensivas (por exemplo, contra a guerra), para as formas ofensivas ou insurrecionais e era expressão da capacidade política dos trabalhadores emanciparem-se por si, ou seja, de sua autonomia. A greve geral implicaria dois elementos: 1) paralisar a produção e serviços, em todos os seus ramos e setores; 2) paralisar a circulação

de mercadorias, através do estrangulamento dos meios de troca, transporte. A greve geral significaria a paralisação das principais cadeias de produção e acumulação da economia capitalista. Implicaria também que as ações de resistência e confronto com a ordem se intensificariam exatamente em razão das implicações econômicas de tal paralisação. Por isso, que na perspectiva bakuninista a greve geral pressupõe que as greves se multipliquem e se interpenetrem, produzindo a anarquia social, ou seja, a subversão da ordem estabelecida com os trabalhadores rompendo coletivamente o “contrato de trabalho” e mostrando seu poder sobre a produção e a circulação de mercadorias. A anarquia social na dialética serial é a negação da anarquia do capital.

Em segundo lugar, os marxistas ignoram o caráter insurrecional da greve geral na perspectiva anarquista, ou seja, a sua vitória da greve geral dependente da organização e da força militar da classe trabalhadora, organizando a violência revolucionária. A noção de insurreição pressupõe o povo em armas e, nesse caso, a Comuna de Paris será utilizada pelos anarquistas como sua principal referência de movimento insurrecional. Mas as experiências das greves gerais insurrecionais do século XX resolveram definitivamente o debate em favor dos anarquistas: nenhuma revolução se fez sem a greve geral insurrecional.

Outros aspectos da teoria anarquista são explicitados pelo anarco-comunista italiano Errico Malatesta, um dos principais teóricos do sindicalismo revolucionário, que, no texto *A greve geral*, publicado em 1922 no jornal *Umanità Nova*, faz um balanço da estratégia da greve geral desde sua formulação na Primeira Internacional, recuperando-a como estratégia da revolução social: “A ‘greve geral’ é, sem qualquer dúvida, uma arma poderosa nas mãos do proletariado; é ou pode ser o modo e a ocasião de desencadear uma revolução social radical (MALATESTA, 2010, p. 79). Partindo da sua experiência de luta na AIT,¹¹ o anarco-comunista italiano procura rebater as críticas marxistas à estratégia da greve geral:

Os marxistas puseram-se a dizer que “a revolução não se faz, surge”; diziam que o socialismo viria necessariamente seguindo “o curso natural e fatal das cousas” e que o fator político (a força, a violência posta ao serviço dos interesses econômicos) não tinha nenhuma importância, e o fator econômico determinava a vida social por completo. E, assim, a preparação da insurreição foi deixada de lado e praticamente abandonada. (MALATESTA, 2010, p. 81)

A teoria revolucionária anarquista não pressupõe um estágio específico de desenvolvimento da economia industrial capitalista ou um regime político determinado para as condições favoráveis à luta emancipacionista e

11 Malatesta participou da fundação da seção italiana da AIT na sua juventude. Também ingressou na Aliança militando ao lado de Bakunin.

para a ruptura sistêmica. As condições econômicas e políticas objetivas da revolução são as estruturas e relações de dominação e exploração de classe. Portanto, a teoria da revolução anarquista está centrada na teoria das forças coletivas do proletariado, isto é, a capacidade de luta e organização dos trabalhadores enquanto classe, enquanto sujeito coletivo e histórico. Apesar de circunscritas e pressionadas pelas estruturas econômicas e políticas, as forças coletivas teriam a capacidade de romper os obstáculos sistêmicos. Ou seja, na concepção da dialética serial antinômica, as forças coletivas são *criadoras e destruidoras*, como explica George Gurvitch:

Outro aspecto do movimento dialético próprio da realidade social é o das “forças coletivas”. Essas forças coletivas são irredutíveis às forças individuais e não consistem em absoluto na soma delas, pois em um grupo, em uma classe ou em uma sociedade, os esforços associativos produzem forças centuplicadas. Ora, essas forças coletivas podem tornar-se destrutivas, sombrias, opressoras e ameaçar a própria existência da sociedade e, sobretudo, seu impulso para a criação. (GURVITCH, 1987, p. 102)

Portanto, para os teóricos do anarquismo não só os movimentos grevistas podem assumir a condição de movimentos revolucionários, como também podem criar as condições para o desenlace revolucionário a partir da estratégia da greve geral, resultante dos desdobramentos da série dialética *criação-destruição*. Assim, os anarquistas defendem a greve geral como estratégia para a revolução e defendem o desenvolvimento da teoria e da tática para a construção da greve geral insurrecional. E, pode-se concluir, que na perspectiva anarquista, a teoria da greve geral permite a confluência das lutas econômicas da classe trabalhadora com a luta pela sua emancipação da exploração capitalista.

Malatesta destaca ainda que a estratégia da greve geral insurrecional foi lançada pelas correntes ou tendências do movimento dos trabalhadores contrárias à ação parlamentar, uma vez que entendem a participação no parlamento como sinônimo de integração ao sistema vigente. Entretanto, a não participação nas eleições burguesas não significaria “abstencionismo político”, pois o anarco-comunista não aceita a redução da ação política à ação parlamentar. Assim, as formas de organização dos trabalhadores e as lutas reivindicativas também são ações políticas da classe trabalhadora.

Foi então, diante deste estado de cousas e deste estado de espírito geral, que a ideia da greve geral foi lançada e acolhida com entusiasmo por aqueles que não tinham confiança na ação parlamentar e que viam na greve geral uma via nova e promissora que se abria à ação popular. (MALATESTA, 2010, p. 81)

Além de criticar o posicionamento das correntes marxistas, Malatesta também criticou as concepções reformistas da greve geral, que não só continuaram presentes no movimento sindical, mas se tornaram hegemônicas no

movimento sindical inglês, alemão, belga, austríaco e estadunidense, mesmo depois do impacto da importante Revolução Russa de 1905. Segundo Malatesta, para os reformistas a greve geral assumiria a forma e o conteúdo das greves de protesto, com reivindicações dentro da ordem capitalista. O anarco-comunista afirmava que as greves gerais de protesto seriam a negação da revolução social, porque teriam o objetivo de “apoiar reivindicações de ordem econômica e política compatíveis com o regime” e, na prática, substituiriam a insurreição pela greve geral, pois a greve geral teria um fim em si mesma” (MALATESTA, 2010, p. 82).

Os debates apresentados permitem concluir que as interpretações e concepções sobre a estratégia da greve geral se desenvolveram de acordo com as orientações teórico-ideológicas das diversas correntes e tendências do movimento sindical. Entre as correntes e tendências conservadoras e corporativistas predominaram a recusa ou o esvaziamento da greve geral. As correntes e tendências reformistas e social-democratas atribuíram o sentido das greves gerais de protesto, voltadas para reivindicações dentro da ordem. Os revolucionários desenvolveram a defesa da greve geral insurrecional, sendo que para os comunistas a greve geral seria parte do longo processo revolucionário, determinado por fatores econômicos e políticos específicos, e para os anarquistas a greve geral seria a ação política impulsionadora da ruptura revolucionária.

Nesse sentido, a oposição que se mostra nos movimentos contemporâneos entre greve geral e movimentos insurgentes não é “natural”. Elas são resultantes de uma estrutura social e pensamento construídos por décadas de confrontos capital-trabalho e debates dentro dos movimentos anti-capitalistas. Por outro lado, retomar a possibilidade de uma greve geral ofensiva é fundamental para podermos colocar as insurgências contemporâneas em outro patamar histórico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a crítica da economia política*. Bauru: Práxis, 2003.

BAKUNIN, Mikhail. Carta a Albert Richard. In: SAMIS, A.; TAVARES, M. (Orgs.). *Anarquismo e sindicalismo*. Rio de Janeiro: SINDSCOPE, 2012.

_____. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Organização de Andrey Cordeiro Ferreira e Tadeu de Souza Toniatti. Niterói: Alternativa, 2014.

_____. *Estatismo e anarquia*. São Paulo: Imaginário; Ícon, 2003.

_____. *Federalismo, socialismo, antiteologismo*. São Paulo, 1988.

_____. *O princípio do Estado e outros escritos*. São Paulo, Hedra, 2008.

_____. *O socialismo libertário*. São Paulo, 1979.

_____. *Oeuvres*. Paris, Stock Éditeur, 1910. t. 4. (Bibliothèque Sociologique, n. 42).

BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2000.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BONAMUSA, Francesc. ¿Reforma o revolución? La Huelga de masas en el primer debate socialista internacional (1889-1905). In: BONAMUSA, Francesc (Ed.). *La huelga general*. Madrid: Marcial Pons, 1991. p. 46-82.

BOTTOMORE, Thomas. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BUISSON, Etienne. *La grève générale*. Paris: Societe nouvelle de libraire et d'édition, 1905. (Bibliothèque Socialiste, n. 33).

COLE, Georg Douglas H. . *Historia del pensamiento socialista II: marxismo y anarquismo – 1850-1890*. Tercera reimpresión. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.

COMPÈRE-MOREL, Adéodat. *Encyclopédie socialiste, syndicale et coopérative de l'Internationale ouvrière*. Paris: Librairie Aristide Quillet, 1912.

DOLLÉANS, Édouard. *Histoire du mouvement ouvrier: 1830-1871*. Québec: Édition électronique, 2003. t. 1.

DROZ, Jacques. *Historia Geral do Socialismo*. Lisboa: Horizonte Universitário, 1977. 3 v.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Os bakuninistas em ação*. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1873/11/05.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

_____. Os sindicatos (I e II). In: AGUENA, Paulo (Org.). *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Introdução: Anarquismo, pensamento e prática insurgentes: fenômeno da “Primeira internacional”? In: FERREIRA, Andrey Cordeiro e TONIATTI, Tadeu de Souza (orgs). *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail*

Bakunin. Niterói, Editora Alternativa, 2014, pp. 21-61.

_____. Materialismo, anarquismo e revolução social: o bakuninismo como filosofia e como política do movimento operário e socialista. In *XXVII Simpósio Nacional de História*. ANPUH, Natal, 2013.

_____. Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. *Em Debate*, Florianópolis (4): 1-23, 2010.

GABRIEL, Pere. Sindicalismo y huelga. Sindicalismo revolucionario francés e italiano. Su introducción en España. In: BONAMUSA, Francesc (ed.). *La huelga general*. Madrid, Marcial Pons, 1991. pp. 15-45.

GARCIA, Victor. *La internacional obrera. Breve recuento histórico del desarrollo de la Primera Internacional*. Segunda edición cibernética, Antorcha.Net, enero del 2003. Disponível em: http://www.antorcha.net/biblioteca_virtual/historia/internacional/caratula_internacional.html. Acessado em: 12 de agosto de 2012.

GUILLAUME, James. *A Internacional: documentos e recordações, volume I*. São Paulo, Imaginário, 2009.

GURVITCH, George. *Dialética e sociologia*. São Paulo, Vértice, 1987.

_____. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980.

JUST, Stéphane. La grève générale et la question du pouvoir. *La Vérité* n°592, juin 1980. Disponível em: http://www.marxistsfr.org/francais/just/greve_ge/index.htm. Acessado em 12 de agosto de 2012.

LÊNIN, V. I. A Internacional Comunista e a Internacional Vermelha: programa de ação da Internacional Comunista. In *AGUENA, Paulo (org.). O marxismo e os sindicatos*. São Paulo, Sundermann, 2008.

_____. *O Estado e a revolução*. Campinas, FE/UNICAMP, 2011.

_____. *O oportunismo e a falência da II Internacional. 1916*. *Marxist Internet Archive*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>>. Acesso em: ago. 2012.

_____. *O que fazer?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Sobre as greves*. In *AGUENA, Paulo (Org.). O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008.

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partidos e sindicatos. In *ADEMAR, Bogo (Org.). Teoria da organização política*. São Paulo: Expressão Popu-

lar, 2010.

MAITRON, Jean. *Le mouvement anarchiste en France: des origines à 1914*. Paris: Gallimard Éditeur, 1975.

MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. Editora Humana, 2010.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

_____.; ENGELS. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.]. v. 1.

MELLA, Ricardo. *Primeiro de maio dia de luto e luta: a tragédia de Chicago*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2005.

MUÑOZ, Manuel Morales. Historia de un conflicto social: Málaga, la huelga general del verano de 1872. *Baética: Estudios de arte, geografía e historia*, n. 14, p. 327-340, 1992.

PINTO, João Alberto da Costa. Louis-Eugène Varlin (1839-1871). *História Revista*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 91-112, jul./dez. 2011.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *De la Capacité politique des classes ouvrières*. Paris: Éditions du Trident, 1989.

_____. *O que é a propriedade?* 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

_____. *Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da miséria*. São Paulo: Escala, 2007. t. 1, 2.

QUELLIEN, Jean. Le mouvement ouvrier dans l'agglomération rouennaise: Marcel Boivin, Le mouvement ouvrier dans la région de Rouen (1851-1876). In: ANNALES DE NORMANDIE, 42e année n.2, p. 229-232, 1992.

RUBÍ, Gemma. Protesta, desobediência y violencia subversiva: La Semana Trágica de julio de 1909 en Cataluña. *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, n. 10, p. 243-268, 2011.

SCHWITZGUÉBEL, Adhémar. *Quelques écrits*. Paris: Stock Éditeur, 1908. (Bibliothèque Sociologique, n. 40).

SÉGOL, Bernadette. La crise: la réponse des syndicats européens. In: PONS-VIGNON, Nicolas; NCUBE, Phumzile (Dir.). *Affronter la finance: mobiliser les 99 pour cent en faveur du progrès économique et social*. Genève: Bureau international du Travail, 2012. p. 3-7.

STEKLOFF, G. M. *History of the First International*. Londres: Martin Lawrence, 1928. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/steklov/history-first-international>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

TESTUT, Oscar. *Association Internationale des Travailleurs*. Lyon: Aimé Vingtri-

nier, 1870.

_____. *Le livre bleu de l'Internationale*. Paris: E. Lachaud, 1871a.

TOLAIN, Henri-Louis. *Manifeste des soixante*. Paris, 17 février 1864. Marxist Internet Archive. Disponível em: <<https://www.marxists.org/francais/general/tolain/works/1864/soixante.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

VAN DER LINDER, Marcel. Greves. In: VARELA, Raquel, NORONHA, Ricardo; PEREIRA, Joana Dias (Coords.). *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. Novas revoltas globais: o sentido está em disputa. Revista Fórum, 15 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.revis-taforum.com.br/blog/2013/07/novas-revoltas-globais-o-sentido-esta-em-disputa/>>. Acesso em: jan. 2015.